

A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização *

No espaço de curtas semanas, um quotidiano como o *Diário de Notícias* acaba de referir-se, duas vezes pelo menos, a um fenómeno que tem sido baptizado com os nomes mais diversos e que nós designaremos aqui por *economia subterrânea*¹. Reconhecidamente complexo, o fenómeno tem sido até agora tratado, entre nós, sobretudo pelo silêncio, quando não pelo recalçamento. Dir-se-ia, porém, que estamos a assistir a um «retorno do recalçado». A economia subterrânea está a vir ao de cima. Todavia, o modo como foi abordada até agora entre nós parece-nos ainda muito insuficiente.

Com efeito, o estudo da economia subterrânea continua a levantar, ao nível da literatura internacional, extremas dificuldades de ordem teórica e metodológica. O fenómeno é mais fácil de «sentir» do que medir e analisar. Neste texto de primeira abordagem do tema partimos essencialmente dos dados empíricos recolhidos no nosso trabalho de campo junto das comunidades rurais do litoral português. O indiscutível fervilhar de estratégias económicas subterrâneas no seu seio parece estar ligado à profunda inserção destas comunidades na economia de mercado e à recente difusão, através do espaço rural, tanto da industrialização, como daquilo a que se pode dar o nome de *urbanização dos campos*².

* Este estudo insere-se no projecto «Campesinato e mercado: estudo das suas relações com base numa análise de feiras e mercados rurais da Estremadura e Ribatejo», que foi parcialmente financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica ao abrigo do contrato de Investigação n.º 323.81.82/I.

¹ José Fernandes Fafe, «O modelo italiano», in *Diário de Notícias* de 24 de Janeiro de 1983; A. M. Barbosa da Silva, «Causas e consequências da economia subterrânea», in *Diário de Notícias* de 31 de Janeiro de 1983. Quando o presente texto se encontrava já em fase adiantada de redacção, chegou-nos às mãos o trabalho da socióloga Maria Isabel Sousa Lobo, do IACEP, *Economia Subterrânea Num Contexto Urbano* (JNICT, mimeografado, 41 pp.), mas a autora concentra-se numa discussão teórico-metodológica que corresponde, grosso modo, às duas primeiras secções do nosso texto, sem entrar na análise concreta dos processos económicos subterrâneos em Portugal ou no estrangeiro. A consulta do texto de Maria Isabel Sousa Lobo foi-nos, no entanto, muito útil.

² Cf. Patrice Rambaud, «L'urbanisation des campagnes», in *Études Rurales*, n.ºs 49/50, 1973, bem como o conjunto dos artigos desta revista consagrados ao tema da urbanização e industrialização dos campos (com especial referência à França). De P. Rambaud, ver ainda o seu anterior volume, *Société rurale et urbanisation*, Éditions du Seuil, Paris, 1969.

Dispensamo-nos de nos interrogar agora sobre as causas de tais processos de inserção mercantil, urbanização e industrialização dos campos, a que já nos referimos noutras ocasiões³. Em vez disso, tentaremos articular os dados da nossa observação empírica com a reflexão teórica e metodológica internacionalmente disponível, a fim de propor uma interpretação da economia subterrânea susceptível de superar a fragmentação dos dados avulsos. Evitaremos, como é próprio da pesquisa científica, qualquer atitude valorativa sobre as dimensões éticas que a economia subterrânea possa comportar.

Com vista ao esclarecimento teórico e metodológico prévio, abordaremos primeiro as condições em que a preocupação com a economia subterrânea emergiu recentemente. A seguir proporemos uma definição do fenómeno, que será ainda necessariamente mais descritiva do que analítica. Munidos destas linhas de orientação, tentaremos depois caracterizar os traços mais específicos da economia subterrânea em Portugal, com particular incidência nas estratégias económicas e sociais próprias do espaço rural que tem sido objecto do nosso trabalho de campo. Finalmente, procuraremos mostrar como a tomada de consciência e a análise da economia subterrânea obrigam a colocar a presente conjuntura social e económica portuguesa numa perspectiva algo diversa daquela que nos é normalmente proposta pela macroeconomia. Nesta última secção tratar-se-á apenas de fornecer algumas indicações que permitam regressar, por assim dizer, da micro à macroanálise.

I

TEORIA E MÉTODO NA ECONOMIA SUBTERRÂNEA

A EMERGÊNCIA DO FENÓMENO

Como dissemos, a própria natureza do fenómeno, mais fácil de captar pelo senso comum do que estudar com os instrumentos habituais das ciências sociais, inclusive a economia, exige que se assente previamente num mínimo de método. Ora a primeira pergunta a fazer, a propósito da economia subterrânea, é a seguinte: o facto de ela estar presentemente a vir ao de cima não só entre nós, como em muitos outros países, significará que estamos perante um fenómeno radicalmente novo ou simplesmente de um fenómeno antigo de que não tínhamos consciência? Segunda pergunta: se não se trata de um fenómeno radicalmente novo, a sua recente vinda à tona traduzirá uma significativa expansão da economia subterrânea ou apenas o «retorno do recalcado»?

Quanto a nós, embora autores como Pierre Rosanvallon, por exemplo, pretendam que a economia subterrânea dos países do capitalismo maduro

³ Particularmente em *L'évolution du «monde rural» portugais au XX^e siècle: l'état de la question*, comunicação apresentada ao Congresso Internacional sobre as Transformações das Sociedades Rurais da Europa Ocidental, Nápoles-Sorrento, Outubro de 1982, dactilografado, 51 pp.

é qualitativamente diferente da chamada *economia informal*, bem conhecida dos especialistas dos países atrasados⁴, não está provado que muitos dos mecanismos de uma e outra economia não coincidam. Em boa verdade, ambas são reconduzíveis a uma única característica básica, a saber, o facto de serem ignoradas pelo ponto de vista da economia oficialmente registada na contabilidade nacional de cada país. Em contrapartida, parece-nos que há, efectivamente, uma «diferença qualitativa» entre as economias subterrâneas dos países capitalistas e as formas de afirmação do mercado — com ou sem a aprovação dos respectivos Estados — nas economias socialistas⁵. Deixá-las-emos, pois, de lado nestas breves reflexões teórico-metodológicas.

A bem dizer, muita da ignorância em que as economias subterrâneas têm permanecido provém, muito simplesmente, do etnocentrismo metodológico dos economistas de profissão. Por outras palavras, estas economias ignoradas estão para o etnocentrismo económico como as sociedades não europeias estavam para o antigo etnocentrismo antropológico: são economias selvagens. Tanto assim é que um autor como Edgar L. Feige, ao procurar ultrapassar simultaneamente o etnocentrismo e o moralismo, as designou pela expressão mais neutra e mais correcta de economias não observadas⁶. É este, quanto a nós, o único traço indiscutível de tais economias, nas quais se confundem estratégias antigas com estratégias novas.

Com efeito, desde as actividades não monetarizadas exercidas no seio de grupos domésticos e de redes de parentesco e clientela até aos mil ofícios monetarizados do mercado informal do trabalho, parece-nos que tais recursos económicos, geralmente não observados, estão connosco há muito tempo. Nada mais traduzem, afinal, do que o engenho que sempre assistiu às pessoas para tentarem criar e ampliar as suas fontes de rendimento. A ideia de que o proliferar de estratégias económicas não observadas em países como a Suécia, a Hungria ou o Brasil obedece a «motivações» diferentes parece-nos postular uma indemonstrada e indemonstrável modificação

⁴ P. Rosanvallon, «Le développement de l'économie souterraine et l'avenir des sociétés industrielles», in *Le Débat*, n.º 2, 1980, pp. 15-27:

Il est difficile et trompeur de parler en général de l'économie souterraine comme d'une économie informelle. De même, il est impossible de la confondre avec les autres formes d'économies non officielles qui se rencontrent dans les pays de l'Est et dans le Tiers-Monde.

⁵ Existe já uma importante literatura sobre as «economias paralelas» nos países do chamado *socialismo real* ou *realizado*. Não aprofundamos esta linha de pesquisa teórica, pois existe entre aqueles países e as economias ocidentais, independentemente do grau de desenvolvimento quantitativo destas, uma diferença qualitativa que vai em sentido contrário às teses de Rosanvallon, a saber, a de todas as economias ocidentais se reconhecerem como *economias de mercado*, enquanto as economias dos países do Leste se negam a reconhecer as «leis do mercado». No contexto relativamente liberalizado da economia húngara, a «segunda economia», como lá é chamada, parece não só conhecer um crescimento espectacular, como constituir a «face escondida» da relativa prosperidade económica da Hungria actual, segundo comunicação verbal do sociólogo Balint Magyar (Julho de 1983). Para complemento, cf. o artigo de Katzenlinboigen «Coloured markets in Soviet Union», in *Soviet Studies*, Glasgow, Janeiro de 1977, citado por Maria Isabel Sousa Lobo, *op. cit.*

⁶ Edgar L. Feige, «Macroeconomic malaise and the 'unobserved economy'», in *Economic Impact*, n.º 40, 1982, pp. 53-59. Este breve artigo resume os estudos mais aprofundados já realizados pelo autor.

da «natureza humana», consoante os graus e tipos de crescimento económico. É uma ideia demasiado etnocêntrica.

Neste sentido, não cremos que se deva dizer que estamos perante novos princípios estratégicos do funcionamento económico de numerosos sectores da sociedade contemporânea. Um bom exemplo disso é o contrabando, actualmente considerado, em muitos países, como uma das componentes da economia subterrânea. Ora o contrabando é uma antiquíssima actividade comercial que mais não traduz do que o aproveitamento permanente, por parte de certos agentes económicos, das possibilidades criadas pelas legislações proteccionistas. A maneira de Milton Friedman, poder-se-ia mesmo perguntar se não ficará mais caro a um país, por vezes, reprimir o contrabando do que abolir as barreiras alfandegárias. Seria um cálculo a fazer...

A própria instituição do «mercado negro», todos o sabemos, mais não é do que a reafirmação das chamadas leis do mercado, quando estas foram condicionadas pela acção governamental para além das possibilidades reais de ajuste entre procuras e ofertas. Nem o contrabandista nem o açambarcador são, do ponto de vista económico, figuras patológicas. São agentes perfeitamente racionais, ainda que eventualmente imorais, que se limitam a pôr em contacto os produtores e os consumidores de produtos administrativamente controlados e a cobrar um preço que, inevitavelmente, inclui o risco da clandestinidade.

Se assim é e se não existe, propriamente, solução de continuidade entre velhas e novas estratégias económicas não observadas, por que razão vem hoje ao de cima a economia subterrânea? Por que razão, contrariamente às previsões de certos ideólogos da marginalidade social, começa hoje a economia oficial a render-se à evidência de tais mecanismos, de que já todos tínhamos aliás conhecimento através do mais seguro dos métodos, isto é, a observação participante? Quanto a nós, a razão é dupla e, como frequentemente sucede, só indirectamente tem que ver com a evolução interna da ciência económica.

Por um lado, a presente crise económica mundial, surpreendentemente caracterizada pela combinação do desemprego com a inflação (a chamada *stagflation*), vem desmentindo todos os prognósticos de catástrofe à maneira de 1929. A própria tese do «crescimento zero», propugnada no início da década transacta e de índole marcadamente descritivo-normativa, vem sendo abandonada⁷. Ora, na busca de explicações para estes desmentidos, alguns economistas menos ortodoxos, menos etnocêntricos, acabaram por verificar que as economias subterrâneas não eram um mero resquício do passado pré-capitalista e dos sistemas económicos familiares de auto-subsistência e que, além disso, estavam em franca expansão nos países mais desenvolvidos do mundo.

A medição do sector económico não observado — uma operação difícil por definição — tem conduzido a resultados extremamente variados. Embora não seja fácil demonstrá-lo, é bem possível que a amplitude dos resultados obtidos pelos vários métodos de cálculo varie, fundamentalmente,

⁷ Cf., por exemplo, Henry C. Wallich, «The limits to growth' in retrospect», in *Economic Impact*, n.º 41, 1982, pp. 58-65, onde são particularmente visadas as teses expendidas pelo Clube de Roma, *The limits to growth*, 1972.

com o grau de etnocentrismo do observador. Enquanto para um colaborador da OCDE, Derek Blades, as economias subterrâneas dos países mais industrializados não ultrapassariam 5% do produto interno bruto, para menos e não para mais⁸, já para um Feige, por exemplo, as ordens de grandeza, mesmo excluindo as actividades económicas não monetarizadas, seriam muitíssimo superiores.

Com efeito, Feige tentou mostrar, através de cálculos cujo controlo e aperfeiçoamento competem aos macroeconomistas quantitativos, que não só a economia subterrânea não se limitava àquilo a que a Organização Internacional do Trabalho, pensando nos países subdesenvolvidos, chamava a economia informal, como ela se encontrava em pleno *boom* nos centros do capitalismo mundial. Segundo ele, só a economia subterrânea *monetarizada* teria passado, nos Estados Unidos, de 16% para 27% do PNB entre princípios e finais da década de 70; no Canadá teria passado de 14% para 20% e na Alemanha Federal de 14% para 27%.

Feitas as contas e incorporadas as economias subterrâneas na economia normalmente observada pelas instâncias oficiais, a conclusão mais importante a que Feige chega é a de que as dimensões quantitativas da crise económica actual têm de ser profundamente revistas. Nomeadamente, nem o desemprego nem a inflação reais seriam tão elevados quanto as estatísticas oficiais deixam supor; e, inversamente, tanto os rendimentos como a produção e a produtividade reais seriam superiores aos registados oficialmente⁹. A crise seria, pois, menos grave ou, pelo menos, distribuída e absorvida de formas diversas daquelas que se supõe, geralmente, à luz da simples economia observada. Numa palavra, ela não só seria qualitativamente diversa da crise de 1929, como obrigaria ainda a rever muitas das políticas macroeconómicas dos diferentes governos: a incapacidade ou a falta de vontade em entrar em linha de conta com a economia não observada explicariam, segundo vários autores, muitos dos fracassos das políticas governamentais dos últimos dez anos¹⁰.

Estas pistas conduzem-nos à segunda razão do recente surto de interesse pela economia subterrânea por parte das próprias instâncias oficiais e para-oficiais, incluindo a ciência económica. E esta segunda razão é decididamente política. Os pessimistas argumentam que a expansão das economias subterrâneas se deve às intervenções económicas, fiscais e, sobretudo, sociais dos Estados modernos, as quais teriam acabado por empurrar, por assim dizer, os agentes económicos para a ilegalidade; alternativamente, os optimistas pretendem que a expansão da economia subterrânea vem simplesmente demonstrar a força imanente das leis do mercado, argumentando que a natureza maximizadora do homem é superior ao seu desejo de protecção social. Em qualquer dos casos, o que está na mira destes artilheiros

⁸ D. Blades, «Économie souterraine et comptes nationaux», in *L'Observateur de l'OCDE*, Janeiro de 1982.

⁹ E. L. Feige, art. cit., pp. 57-59.

¹⁰ Cf. para Espanha, por exemplo, J. L. Cerón Ayuso, «Perspectiva empresarial ante el fenómeno del crecimiento de la economía oculta en España», in *Boletín de Estudios Económicos*, Bilbao, n.º 117, 1982, pp. 427-437, em especial pp. 433-434, em que o autor se apoia num dos principais especialistas internacionais da economia subterrânea, Peter Gutman, «Ilusiones estadísticas y políticas equivocadas», in *Información Comercial Española*, Agosto-Setembro, 1980.

é o *welfare state* enquanto implicação social da economia keynesiana, aliás prevista pelo próprio autor da *Teoria Geral*¹¹.

Vale ainda a pena mencionar uma terceira variante do actual interesse pela economia subterrânea. Tem ela a sua sede num vasto arco de utopias alegadamente pós-industriais, que vão desde o feminismo radical à ideologia do *small is beautiful*¹². Quanto a nós, o significado desta terceira variante é essencialmente ideológico. Com efeito, não só a sua dimensão utópica a torna analiticamente marginal, como ela constitui sobretudo uma subtil componente instrumental do actual discurso de todos os poderes políticos constituídos, a saber, uma racionalização das dificuldades que o sistema económico mundial presentemente atravessa.

Esse «discurso do poder», cuja matriz se encontra no aludido panfleto do Clube de Roma sobre o «crescimento zero», pode ser caracterizado da seguinte forma: trata-se da inculcação diária, junto da opinião pública, de uma ameaça de catástrofe a curto prazo que se destina, independentemente da sua fundamentação, a levar os consumidores a interiorizarem a situação de crise e, conseqüentemente, a renunciarem à satisfação de necessidades e aspirações criadas durante o longo período de prosperidade económica que decorreu desde o fim da segunda guerra mundial até finais dos anos 60. Para dar uma ideia concreta do grau de inversão do «discurso do poder», bastará lembrar que o lançamento do panfleto do Clube de Roma fora precedido de pouco pela proposta, por parte de altos funcionários ligados à administração Nixon, nos Estados Unidos, da potenciação ilimitada do sistema de Welfare através da instituição de um rendimento mínimo garantido a toda a população¹³.

Neste contexto, fazer das estratégias económicas subterrâneas, como pretendem certos ideólogos, uma «contra-economia», uma «alternativa ao capitalismo», é não só uma alegação infirmada por toda a observação empírica, mas também uma contribuição, porventura indesejada, para a difícil tarefa de legitimação da crise económica por parte dos poderes constituídos. Com efeito, uma coisa é afirmar que o comum dos mortais tem mais trunfos na manga do que as macroeconomias neoclássica, keyne-

¹¹ J. M. Keynes, *Théorie générale de l'impôt, de l'intérêt et de la monnaie*, trad. francesa do original inglês de 1935, Payot, Paris, 1969, em especial capítulo XXIV: «Notes finales sur la philosophie sociale à laquelle la Théorie Générale peut conduire», pp. 366-376; cf. ainda Donald Winch, *Economics and policy: a historical survey* (1969), Fontana, 1972, e também o nosso trabalho «Desenvolvimento e dependência: nova pesquisa bibliográfica para servir à sociologia histórica do desenvolvimento», in *Análise Social*, n.º 46, 1976, pp. 371-399, em especial a «Nota conclusiva», pp. 391-397.

¹² Cf., por exemplo, Hazel Henderson, «The big new 'small is beautiful' movement», in *Business and Society Review*, Nova Iorque, n.º 23, 1977, que se refere explicitamente ao slogan introduzido por E. F. Schumacher no seu célebre livro de 1977; Annie Fouquet, «Une grande partie de l'économie cachée: le travail domestique gratuit», in *La Documentation Française*, 1980; cf. também, para uma visão da economia subterrânea como «alternativa», Andrea Saba, *La industria subterranea. Un nuevo modelo de desarrollo*, Valência, 1981.

¹³ Cf. Robert Theobald (org.), *The guaranteed income: next step in socioeconomic development?* (1966), Doubleday Anchor Books, 1967, a presença entre os colaboradores desta série de ensaios de Conrad M. Arensberg, também colaborador de alguns dos principais trabalhos de Karl Polanyi, aponta para as dimensões «substantivistas» da abordagem que, em meados da década de 60, favorecia a generalização de um «rendimento garantido» a toda a população norte-americana; cf. também o meu artigo citado na nota 11, em especial p. 395.

siana ou marxista supõem, outra, muito diferente, é fazer do trabalho doméstico e do duplo emprego o embrião de um «modo de produção convivial» à maneira de um Ivan Illitch ¹⁴.

PARA UMA DEFINIÇÃO DA ECONOMIA SUBTERRÂNEA

O caso português é extremamente interessante para desmentir estas hipóteses utópicas, ao mesmo tempo que pode contribuir para uma melhor definição do que se deva entender por economia subterrânea. Para já, o nosso caso convida os economistas de profissão a procurarem adaptar as diversas metodologias estrangeiras disponíveis às nossas condições locais e a calcularem a amplitude da economia subterrânea portuguesa ¹⁵. Forneceremos no final do presente texto algumas pistas para tal esforço de quantificação.

Tendo em conta a persistência, quando não o renovado viço, das economias familiares rurais, através da chamada *agricultura a tempo parcial*, a combinação entre a economia subterrânea monetarizada e não monetarizada deve, em Portugal, ultrapassar os modestos 10% para que aponte um observador como Barbosa da Silva ¹⁶.

Aliás, era o próprio Derek Blades quem admitia que «nos países da Europa meridional, onde o efectivo de trabalhadores independentes e de agricultores é mais importante [do que nos países mais desenvolvidos da OCDE], é possível que a economia subterrânea seja um pouco mais extensa [do que naqueles países]» ¹⁷. Mais importante ainda do que o próprio peso quantitativo do «trabalho independente» é a dimensão social e cultural das economias de pequena escala, em países como os da Europa meridional, na formação de um clima de propensão generalizada à descentralização e desconcentração das actividades produtivas e comerciais, em suma, à «subterraneização» económica ¹⁸.

O caso português convida ainda os cientistas sociais a reflectirem sobre as relações que possam existir entre as economias subterrâneas e o funcionamento real da nossa sociedade, inclusivamente nas suas dimensões políticas e ideológicas. Como explicar, sem a existência de um vasto sector não observado, o adiamento constante da anunciada catástrofe económica e social? Simultaneamente, o que for apurado para Portugal pode servir para construir um modelo da interpenetração das economias subterrâneas

¹⁴ As ideologias conviviais, que podem ser reconduzidas, quanto à sua «filosofia», ao livro de Ivan Illitch *Tools for conviviality*, 1972, encontram-se na base das ideias expressas por H. Henderson (art. cit.), que nos fala explicitamente de «uma nova cultura» e de uma «contra-economia»; cf. ainda J. L. Beau, *Socialisme et mode de production*, Paris, PUF, 1980, que vê também nas formas da economia subterrânea os primeiros sintomas de uma «economia convivial».

¹⁵ Para a Espanha, segundo os métodos empregues, os resultados podem variar entre 1% e 23% do PIB (cf. J. L. Cerón Ayuso, art. cit., pp. 430-431).

¹⁶ Barbosa da Silva, *Diário de Notícias*, art. cit.

¹⁷ D. Blades, art. cit., transcrito em *Problèmes économiques*, Paris, n.º 1771, p. 16.

¹⁸ Para a Espanha cf., por exemplo, Enric Sanchis Gomez, «Economía subterrânea y descentralización productiva en la industria manufacturera», in *Boletín de Estudios Económicos*, Bilbao, n.º 117, 1982, pp. 461-481, em especial pp. 464-465; para a Itália cf. L. Frey, *Lavoro a domicilio e decentramento dell'attività produttiva nei settori tessile e dell'abbigliamento in Italia*, Milão, 1975, citado por E. Sanchis Gomez.

com as economias oficiais na presente crise do capitalismo pós-keynesiano. Nomeadamente, o nosso caso pode permitir averiguar até que ponto é verdadeira ou falsa a tese segundo a qual a economia subterrânea é uma consequência, para não dizer um subproduto, das políticas do Estado assistencial keynesiano.

A nossa hipótese é que tal tese é duplamente incompleta. Por um lado, como já tentámos mostrar, a economia subterrânea inclui estratégias muito anteriores ao próprio advento do *welfare state*, sobretudo num país como Portugal, onde tal advento foi não só tardio, como parcialmente ineficaz. Por outro lado, as teses dos adversários confessos do *welfare state* tendem a escamotear o facto de a própria recessão económica — sejam quais forem as suas causas, que não se limitam ao aumento do preço do petróleo — estimular directamente o recurso a expedientes económicos de angariação de rendimentos imprevistos pela economia observada.

Antes, porém, de avançarmos no caso português, convém esclarecer o o que se deve entender, teórica e concretamente, por economia subterrânea. Com efeito, as definições variam substancialmente de um autor para outro. Para aqueles que pretendem minimizar a sua amplitude, como Blades por exemplo, a economia subterrânea corresponderia, fundamentalmente, à fraude fiscal acrescida daqueles rendimentos que, pela sua origem ilegal (droga, prostituição, corrupção, roubo, etc.), decididamente não podem ser declarados ao fisco. De algum modo, o que estes autores pretendem sugerir, do mesmo passo que tentam salvaguardar a legitimidade do *welfare state*, é que a economia subterrânea desapareceria no dia em que, por hipótese, o Estado levasse à máxima perfeição os seus métodos de detecção e cobrança fiscal. Ora nada parece menos exacto. Decerto que a nova pujança da economia subterrânea num país como os Estados Unidos, a menos que postulássemos um maquiavelismo incompatível com o tipo de racionalidade próprio da burocracia, não depende do afrouxamento prévio do seu aparelho fiscal!

Quanto aos utopistas, por vezes também designados por populistas, pretendem que a economia subterrânea é sobretudo constituída pelo trabalho, não remunerado e não contabilizado, que as pessoas — as mulheres em particular — exercem no âmbito doméstico, desde a preparação das refeições e os cuidados com as crianças até às actividades de manutenção e melhoramento do espaço residencial. Segundo os cálculos destes autores, este tipo de actividades poderia representar um tempo de ocupação efectiva semelhante ou superior ao do trabalho remunerado numa sociedade como a francesa¹⁹. Esta questão do significado económico das tarefas caseiras não é, de resto, nova. Foi desenvolvida, nomeadamente, por certos sectores do movimento feminista desde finais dos anos 60, dando nalguns casos origem à reivindicação de um salário para o trabalho caseiro²⁰.

¹⁹ Segundo um inquérito do INSEE sobre os orçamentos-tempo (*budgets-temps*), o tempo consagrado em 1974 às tarefas domésticas representaria mais de 57% do tempo total de trabalho dos adultos franceses (mais de 18 anos); citado por A. Fouquet, art. cit.

²⁰ A primeira formulação destas teses encontra-se, provavelmente, em Mariarosa Dalla Costa e Selma James, *Le pouvoir des femmes et la subversion sociale*, Adversaire, Genebra, 1973; cf. também Teresa Sousa Fernandes, *Women and the wage labor system: a theoretical approach to the sexual division of labor*, tese de doutoramento dactilografada, Universidade de Brandeis, 1981.

Ora, independentemente da posição que se tome perante a discussão — relevante do ponto de vista social, político, cultural e ético — sobre o carácter produtivo ou não, socialmente necessário ou não, do trabalho caseiro, o que está aqui em causa é tão-só o seu significado económico, mais precisamente ainda, o seu significado *contabilístico*. Em suma, trata-se de saber se devemos ou não *contabilizar* as tarefas caseiras para os efeitos que agora nos interessam. Quanto a nós, a resposta deve ser negativa. A economia subterrânea deve apenas contabilizar aquilo que a ciência económica considera, independentemente do seu carácter socialmente necessário, contabilizável na produção interior bruta, mas que ela não é capaz de contabilizar, quer por razões metodológicas, quer por razões técnicas.

Por maioria de razão, é de descartar o carácter de alternativa aos sistemas económicos dominantes que alguns autores atribuem ao trabalho caseiro e aos seus prolongamentos conviviais. Com efeito, se é evidente que os mecanismos que levam ao crescimento da economia subterrânea passam, em larga medida, pelas estratégias de angariação de rendimentos no seio dos grupos domésticos, isso não quer dizer que se possa ou deva contabilizar positivamente a simples minimização das despesas de consumo e manutenção humanos, realizada à custa da prestação de serviços gratuitos no seio dos mesmos grupos domésticos, eventualmente articulados com outros grupos a eles ligados por laços de parentesco ou amizade. Tudo o que se pode dizer, do ponto de vista económico aqui adoptado, é que, no caso de as pessoas terem de pagar a outrem os serviços habitualmente desempenhados pela família, o seu nível de vida, *et ceteris paribus*, diminuiria. A ideologia convivial nada altera a este facto.

Quanto à colectivização dos serviços caseiros, seja através do capital privado, seja do capital social, vale a pena dizer que também não se trata de uma questão nova. Com efeito, na Rússia Soviética dos anos imediatamente sucessivos à Revolução Bolchevique, a questão do modo de vida — o *byt* — foi não só amplamente discutida, como até experimentada²¹. Não podemos alongar-nos agora sobre as causas do limitado êxito de tais experiências. É possível que ele se tenha ficado a dever, exclusivamente, às dificuldades dos humanos para romperem, mesmo em condições de profunda alteração dos hábitos, com a sua alegada mentalidade individualista... Seja como for, a colectivização de certos serviços pode, quando muito, reduzir as despesas caseiras e, por conseguinte, aumentar as disponibilidades para outros consumos; mas não altera em nada os rendimentos *absolutos* das famílias.

Não é de aceitar, pois, que os serviços gratuitos prestados uns aos outros pelos membros da família devam ser contabilizados, para efeitos económicos, ao preço que tais serviços custariam no mercado. Em contrapartida, têm significado económico — e grande — as actividades, monetarizadas ou monetarizáveis, que um ou mais membros do grupo doméstico

²¹ A literatura sobre a tentativa de revolucionar o «modo de vida» na Rússia Soviética dos anos 20 é imensa; entre os primeiros livros a lançar a temática encontram-se os de Anatole Kopp, *Changer la vie, changer la ville* (UGE, 1975) e *Ville et Révolution* (Paris, Anthropos, 1967). Para uma crítica do carácter utópico do movimento de transformação do *byt*, cf. Manfredo Tafuri, «Il socialismo realizzato e la crisi delle avanguardie», bem como A. Asor Rosa, «Lavoro intellettuale e utopia dell'avanguardia nel paese del socialismo realizzato», in vários autores, *Socialismo, città, architettura*: URSS, 1917-1937, Roma 1972.

possam exercer simultaneamente com a boa marcha do lar. O caso mais flagrante é, provavelmente, o das chamadas domésticas agrícolas e dos trabalhadores familiares não remunerados da agricultura e do artesanato: aquilo a que um teórico da economia camponesa dava o nome de *forças de trabalho não transferíveis*, isto é, os recursos em força de trabalho mobilizáveis no seio da empresa familiar, mas directamente invendáveis fora dela, dada a estrutura e/ou a conjuntura do mercado de trabalho ²².

Muitas alternativas à agricultura e ao artesanato têm existido, e continuam a existir, no que respeita a este tipo de mobilização das forças de trabalho familiares. Amas de meninos e lavadeiras perpetuam-se hoje sob novas formas. Do espaço rural ao próprio espaço urbano não parece haver solução de continuidade entre as velhas e as novas modalidades de *putting out system*. Muito do que hoje se designa, às vezes, por *trabalho negro* — base alegada do êxito da economia subterrânea italiana — mais não é do que a perpetuação, multiplicada por novos factores, da disponibilidade das forças de trabalho familiares para formas produtivas anteriores à própria revolução industrial ²³. Em suma, trata-se de trabalho domiciliário que, em muitos casos, se limita a prolongar, para fora das paredes do lar, as qualificações profissionais inerentes ao desempenho das actividades caseiras habituais, designadamente as tarefas femininas consuetudinárias, como é o caso da costura ou ainda do chamado *artesanato alimentar* ²⁴.

Significado económico relevante tem também tido a entreejada ao nível do parentesco, amizade e vizinhança. Mais uma vez, a agricultura é fértil nestas soluções. No imaginário convivial, são as idílicas *tornajeiras* do nosso Nordeste transmontano... Mas também a construção civil, bem como a manutenção das residências, podem dar e têm dado lugar à valorização económica dos chamados *tempos livres*, através da cooperação entre os interessados. Todo este tipo de recursos, em princípio típicos de sociedades relativamente atrasadas, podem, no entanto, ser mobilizados, e têm-no sido, em períodos de crise como os que actualmente atravessa o sistema económico oficial, quer para minimizar despesas, quer para maximizar receitas.

É neste sentido, entre outros, que a própria crise funciona como geradora de economias subterrâneas no coração do capitalismo maduro, mobilizando energias e imaginações que, de certo modo, a prosperidade havia adormecido. Daqui, por exemplo, a adopção, por largas camadas da população dos países mais adiantados, das estratégias do *do-it-yourself*, inicialmente propostas pelo movimento *hippy*. Convém notar, todavia, que a exaltação destas actividades pelos ideólogos da convivialidade tende a escamotear dois factos: primeiro, que se trata, antes de mais, de estratégias defensivas

²² J. Tepicht, *Marxisme et agriculture: le cas du paysan polonais*, Paris, 1971, em especial a introdução teórica «Natureza da economia camponesa».

²³ Cf. P. Kriedte, H. Medick e J. Schlumbohm, *Industrialization before industrialization: rural industry in the genesis of capitalism*, Cambridge University Press, 1981.

²⁴ O artesanato alimentar, até pela sua natureza perecível, nunca foi objecto da mesma atenção que os artesanatos duradouros e decorativos, como a olaria, por exemplo, por parte dos eruditos da classe média. A própria expressão é, de certo modo, inovadora e devemos-la ao nosso amigo pernambucano António Aquilino de Macedo Lima, co-autor, com Ivanildo Mendes de Azevedo, do estudo económico *O Artesanato Nordestino: Características e Problemática Actual*, ETENE-Banco do Nordeste, Fortaleza, Ceará, 1982.

perante a inflação; segundo, que, na generalidade dos casos, tais actividades correspondem apenas, como as tarefas caseiras, à minimização das despesas, e não à angariação de receitas suplementares. A prova, aliás, de que tais estratégias não constituem qualquer alternativa convívil à economia de mercado reside no facto, reconhecido por todos os autores, de elas estarem na origem do actual *boom* dos fabricantes de *inputs* para o sector do *do-it-yourself* (um exemplo popular é o da firma Black and Decker)²⁵.

Outra forma antiga que a economia subterrânea está a revitalizar nos países do capitalismo central é a dos pagamentos em géneros ou em facilidades de acesso a bens raros. Outrora era comum, especialmente na agricultura, o salário monetário ser completado por diversos pagamentos em géneros, designadamente aquilo a que no Alentejo se dava o nome de *comedorias*. Na nossa própria investigação anterior sobre os começos da industrialização em Portugal recordamo-nos de ter encontrado uma fábrica têxtil que completava o salário dos seus operários oferecendo-lhes produtos da própria fábrica. Alguns actuais proprietários de rebanhos portugueses começaram deste modo a sua «carreira»: guardando rebanhos de outrem e sendo parcialmente remunerados em cabeças de gado (chamava-se a isso, no Alentejo, o *polvilhal*), ou ainda através da prática chamada do *gado a meias*²⁶.

Assim, os automóveis, televisões e outros bens duradouros com que são actualmente presenteados os quadros superiores das grandes empresas; ou ainda as ofertas de pagamento da escola particular para os filhos, de seguros de vida e doença ou de crédito bonificado para a compra de residências, práticas estas que, segundo a imprensa, se estão a generalizar em França, por exemplo, nas próprias empresas nacionalizadas; tais «ofertas» não são, afinal, mais do que recuperações de formas antigas de pagamento, com vista a um ataque simultâneo à inflação, ao fisco e aos encargos sociais, tanto por parte do patronato como por parte dos assalariados.

Nas sociedades democráticas, simbolicamente legitimadas por uma tendencial ética igualitária, não é de excluir que estes «privilégios» dos quadros superiores venham a ser alargados às outras categorias de pessoal. Não existem já os subsídios de refeição, as senhas de restaurante, as «ajudas de custo», os descontos para os empregados de certas firmas, etc.? Entretanto, convém ter presente que a inflação, decorrente ou não da antiga política económica keynesiana, está efectivamente a contribuir para a generalização de comportamentos económicos de antecipação sistemática, e até de endividamento, que não podem deixar de reforçar a própria espiral inflacionária. Ou, o que vem a dar no mesmo, do ponto de vista teórico,

²⁵ Sobre o sector do *do-it-yourself*, que os Franceses traduzem geralmente por *bricolage*, temos conhecimento designadamente do trabalho de S. Burns, *Introduction à l'économie domestique*, documento dactilografado, BIPE, Novembro de 1980.

²⁶ A criação de «gado a meias» corresponde, de certo modo, à noção de parceria pecuária: segundo esta instituição, o parceiro-proprietário, frequentemente um negociante de gado, dá o animal a criar, enquanto o parceiro-trabalhador dá o trabalho e os meios de criação do animal, sendo os resultados divididos segundo contratos variáveis entre os dois parceiros. Esta instituição foi particularmente vigorosa, até há poucos anos, em toda a zona de influência da feira de gado da Malveira, a ela se referindo tanto A. H. Costa Andrade, *Monografia da Freguesia da Encarnação (Mafra)*, dactilografado, ISA, 1940, como Maria Eulália Gomes Frazão, *Malveira: Uma Freguesia da Estremadura Portuguesa*, dactilografado, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, 1966.

está a exigir medidas financeiras restritivas cujo carácter drástico não tem a esperada correspondência nos magros efeitos que conseguem induzir ao nível da redução dos consumos. É uma consequência das *rational expectations* dos agentes económicos e que a teoria keynesiana dificilmente contempla.

Em suma, a economia subterrânea não corresponde apenas à mera evasão fiscal, mas cobre, efectivamente, um vasto leque de actividades de serviços e de produção que os agentes nela implicados decidem, de uma forma deliberada, ocultar aos olhos das autoridades. Actividades, pois, em que tanto o prestador como o utilizador do serviço e em que tanto o produtor como o consumidor da mercadoria (seja esta a força de trabalho) encontram, ambos, vantagem em subtrair às normas oficiais, de molde a garantir aos primeiros um rendimento difícil ou impossível de obter de outro modo e aos segundos um serviço ou uma mercadoria de outro modo difícil ou impossível de obter por preço mais baixo. É neste sentido que as economias subterrâneas surgem, indiscutivelmente, como as mais próximas do ideal-tipo do mercado perfeito; e nos antípodas, portanto, das utopias conviviais e comunicacionais²⁷.

Também não acreditamos que se avance muito na compreensão da economia subterrânea quando outros autores pretendem que o capitalismo contemporâneo está a evoluir para uma pretensa sociedade dual, «voluntariamente dividida em dois grandes subgrupos de actividades e de indivíduos, complementares e diferentes»²⁸. Esta noção de sociedade dual nada acrescenta, aliás, ao antigo conceito de dualismo criticado e abandonado na década de 60. Pelo contrário, tudo leva a crer que a pujança actual das estratégias económicas subterrâneas se deva, precisamente, à simultaneidade, ao nível de cada grupo doméstico, quando não de cada indivíduo, de práticas oficiais com práticas selvagens. Tudo leva a crer, efectivamente, que as economias subterrâneas contribuem para superar, e não para cristalizar, a distinção entre um sector moderno e um sector tradicional, integrando-os numa única economia restituída, talvez ciclicamente, a uma maior aproximação às chamadas *leis do mercado*.

Até aqui, é certo, nada de radicalmente novo nas modalidades da economia subterrânea. Seria, porém, tão ilusório atribuir toda a pujança actual da economia subterrânea aos «efeitos perversos» do *welfare state* como atribuí-la, como fazem os novos teóricos da sociedade dual, à «herança das nossas tradições culturais, constituídas por organizações isoladas da concorrência internacional»²⁹. Antes, todavia, de aludir às novas modalidades da economia subterrânea que podem efectivamente ser atribuídas às políticas assistenciais do Estado keynesiano, convém falar de outras moda-

²⁷ Não existe, que saibamos, melhor definição do ideal-tipo do mercado do que a fornecida pelo próprio Max Weber, *Economy and Society*, tradução americana, University of California Press, 1978, vol. I, p. 635:

A market may be said to exist wherever there is competition, even if only unilateral, for opportunities of exchange among a plurality of potential parties [...]

²⁸ Cf. J. Amado e C. Stoffaes, «Vers une économie duale» (1980), citados por Xavier Greffe, «L'économie non-officielle», in *Consommation*, n.º 3, 1981, transcrito também em *Problèmes économiques*, n.º 1771, 28 de Abril de 1982, p. 3.

²⁹ Id., *loc. cit.*

lidades igualmente modernas, mas que pouco parecem ter a ver directamente com o *welfare*.

Não pomos em dúvida que os limites introduzidos no *laissez-faire* corresponderam, como argumentava K. Polanyi³⁰, a uma fortíssima pressão social contra os efeitos da «revolução industrial», pressão em que as camadas mais desfavorecidas da população desempenharam um papel não negligenciável. Todavia, o inchaço, por assim dizer natural, da burocracia estatal e a sua febre regulamentadora, animados pela necessidade de autojustificação da própria burocracia e por aquilo a que outrora se chamava em Portugal a «empregomania», constituem frequentemente, por si sós, um encorajamento à «ilegalidade» económica. Ora tal inchaço burocrático e regulamentador só parcial e recentemente pode ser atribuído ao *welfare state*. O caso português, sob o regime autoritário, é disso um bom exemplo, não havendo razão para supor que seja único. Pode pois pensar-se que toda e qualquer entorse ao *laissez-faire* é, por natureza, burocratizante e deformante do sistema de preços, no sentido que lhe dava T. Veblen.

Por seu turno, a crescente intervenção directa do Estado na economia e na própria produção, também independentemente das políticas explicitamente assistenciais, tende a concentrar uma parte do investimento potencial em áreas menos submetidas a essa intervenção, designadamente áreas de serviços e de comércio, onde um capital diminuto pode frutificar relativamente à margem dos regulamentos e dos olhares dos cobradores de impostos e contribuições. Que tudo isto está na origem de novas e crescentes desigualdades, indica-o sem sombra de dúvida a tendência actual dos países mais avançados para regredirem da fiscalidade directa para a indirecta, ou, pelo menos, para reforçarem a pressão fiscal sobre os rendimentos do trabalho em benefício dos rendimentos do capital.

Na impossibilidade de manterem a pressão sobre os rendimentos reais, os Estados vêem-se forçados a ir buscar as suas receitas onde as pessoas dificilmente podem fugir, isto é, aos salários declarados e através dos impostos indirectos sobre os consumos e serviços de base. Inicia-se assim uma guerrilha entre o Estado e os contribuintes, em que a astúcia dos segundos força o primeiro à pilhagem legal. Os limites desta guerrilha ainda não estão à vista, e aquilo que os utopistas tomam por embrião de economia convivial mais não é, provavelmente, do que a generalização de soluções económicas individuais e de grupo, de certo modo homólogas da privatização sociocultural que caracteriza estas mesmas sociedades e as situa, por seu turno, nos antípodas da comunicação habermasiana...

Finalmente, chegamos então aos efeitos induzidos, em maior ou menor grau, pelo *welfare state*. A este respeito, o que parece mais importante é o seguinte: independentemente de uma visão optimista ou pessimista quanto ao significado da economia subterrânea, as garantias sociais mais ou menos asseguradas, nos países economicamente desenvolvidos, a todas as pessoas em situação de inactividade profissional formal — doença, desemprego, velhice — não são, como pretendem alguns adversários do *welfare*, meramente encorajadoras de fraudes e abusos e, como tal, geradoras de econo-

³⁰ K. Polanyi, *The great transformation*, 1944; existe tradução brasileira: *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1980; um dos estudos mais interessantes que conhecemos sobre a obra e o pensamento de Polanyi é o de Edoardo Grendi,

mias subterrâneas. Do mesmo modo, também não basta olhar para os elevados encargos que representa para as empresas o emprego de uma numerosa força de trabalho assistida por vários direitos constitucionais, os quais se nutrem, aliás, uns aos outros no sentido do encarecimento dos salários: quanto mais forte é a organização sindical, mais seguro o posto de trabalho; quanto mais seguro é este último, mais forte aquela, etc.

Quanto a nós, o *welfare state* não se limita, no entanto, a encarecer tendencialmente a força de trabalho e, por conseguinte, a desencorajar o investimento legal, favorecendo, quando não criando, a abertura de espaços para o crescimento das economias subterrâneas. Ele é mais do que isso: é, sim, condição constitutiva de significativas economias subterrâneas, no sentido em que, sem o *welfare state*, não só estas economias desapareceriam, como não dariam lugar a quaisquer outras economias observáveis, legais. Isto é, o *welfare state* cria as condições para que se desenhem estratégias económicas subterrâneas para as quais os grupos domésticos destituídos de protecção social não estariam disponíveis, ainda quando os investidores o desejassem.

Por outras palavras, não é pacífica a afirmação dos adversários do *welfare* quando argumentam que o desmantelamento deste daria lugar, *ipso facto*, ao reflorescimento do investimento privado e à «oficialização» da economia subterrânea. Nada é mais duvidoso. Tudo quanto se pode deduzir de estudos como os de Feige é que as estratégias económicas subterrâneas se expandem significativamente a partir de um certo limiar de garantias assistenciais mínimas. Isto é, as estratégias subterrâneas tendem a ser lançadas com tanto mais êxito, nomeadamente por parte dos grupos domésticos de fraco porte económico, quanto se assegurou previamente a protecção social mínima, em especial contra a doença e a velhice.

Em contrapartida, qualquer pressão fiscal directa do Estado para elevar o custo destas garantias sociais mínimas esbarra com toda a sorte de resistências e revela-se altamente geradora de disponibilidade — quer por parte do patronato, quer por parte dos assalariados — para as práticas económicas subterrâneas. O alvo preferido dos adversários confessos do *welfare* costuma ser o subsídio de desemprego: segundo eles, os países industrializados estariam cheios de falsos desempregados activamente ocupados em actividades económicas subterrâneas, e é indiscutível que a observação quotidiana parece contrastar com as estatísticas oficiais do desemprego.

Quanto a nós, porém, é provavelmente a assistência na saúde e na reforma que mais favorece o destacamento, no seio de cada grupo doméstico, de um ou mais dos seus membros para a angariação de rendimentos na economia subterrânea. Com efeito, que vantagem encontra um grupo doméstico em pagar duas ou mais vezes quotizações que, uma vez pagas por um dos seus membros, conferem os mesmos direitos assistenciais a todos eles? Ou, ainda, como sugere Feige, que vantagem em declarar rendimentos superiores, se, a partir de determinado limiar, os benefícios sociais não aumentam?

Duas dificuldades estão aqui envolvidas no que respeita à compreensão, em sentido weberiano, destas estratégias eventualmente chocantes... Uma delas provém da incapacidade do individualismo económico e sociológico para pensar as pessoas inseridas em diversas dimensões de grupo, onde as estratégias individuais se articulam, racionalmente, com estratégias mais

amplas. A segunda dificuldade provém da irresolúvel questão dos chamados interesses reais, ou, melhor, da oposição entre interesses particulares e interesses colectivos, cuja difícil superação foi demonstrada por Martin Hollis, aqui há anos, a propósito da poupança de água em tempo de seca ³¹.

Em conclusão, não nos parece que tenham razão nem os substantivistas nem os formalistas, nem os proteccionistas nem os livre-cambistas, nem os sociais-democratas nem os ultraliberais. Tudo leva a crer, isso sim, que o formalismo económico, ou seja, a maximização das oportunidades oferecidas pelo jogo do mercado, é uma opção racional para indivíduos inseridos no seio de várias unidades grupais, a partir do momento em que os requisitos mínimos do substantivismo, isto é, a protecção social, estão mais ou menos assegurados.

A partir de tal limiar, então sim, as estratégias da economia selvagem, nos antípodas da utopia igualitária, tendem a repor alguma da «verdade» do sistema de mercado, isto é, o sistema da escassez relativa permanente. A nosso ver, é por isso mesmo que as políticas monetaristas mais consequentes se têm revelado quase tão incapazes quanto as políticas neokeynesianas para superar a crise actual e, designadamente, para estimular o investimento oficialmente observado. Aqui tocamos, simultaneamente, a verdade e os limites do substantivismo. A economia quer, mas não pode; as forças do mercado são pujantes, mas não são livres. Se a economia não está totalmente embutida na sociedade, como pretende Polanyi, está no entanto por esta condicionada ³².

E ambas — economia e sociedade — estão sobrecondicionadas à legitimação política, a qual passa, nos regimes representativos, pela sanção eleitoral. *Et ceteris paribus*, o desmantelamento do *welfare state* apresenta-se como uma operação com tais riscos eleitorais que não é fácil conceber um governo representativo que tenha a possibilidade de levar radicalmente a cabo tal empresa. Por outras palavras, a economia subterrânea e a sua recente expansão nos países industrializados e pós-industriais não são, como poderia parecer à primeira vista, um simples «problema fiscal», ou tão-somente um «problema económico», mas sim parte constitutiva de uma configuração social e cultural, isto é, parte integrante do modo de ser e de funcionar da nossa sociedade pós-keynesiana.

³¹ Comunicação oral, Seminário de Epistemologia das Ciências Sociais, Subfaculdade de Filosofia, Oxford; ignoramos se esta comunicação foi posteriormente publicada.

³² K. Polanyi, «Economy as instituted process», in K. Polanyi, C. Arensberg e H. Pearson, *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*, Glencoe, Ill. 1957; existe tradução francesa do texto de Polanyi em M. Godelier (org.), *Un domaine contesté: l'anthropologie économique*, Mouton, Paris-Haia, 1974, pp. 153-181, antologia em que também figuram alguns dos principais críticos formalistas do substantivismo polanyiano. Voltaremos a esta importante questão em próximo texto consagrado à sociologia da economia de mercado do ponto de vista do campesinato.

A ECONOMIA SUBTERRÂNEA EM PORTUGAL

OS EFEITOS PERVERSOS DO 25 DE ABRIL

Estamos agora um pouco melhor armados, do ponto de vista teórico, para abordar o caso português. Do ponto de vista metodológico, todavia, o estudo das estratégias económicas subterrâneas continua a levantar inúmeras dificuldades. Não só elas se ocultam, pela sua natureza selvagem, ao exame dos observadores científicos, como não foi ainda possível esboçar metodologias capazes de superar o fosso entre os falíveis cálculos macroeconómicos e o impressionismo da colecção infinita de dados avulsos recolhidos pela observação empírica. Falta-nos, por assim dizer, um aparelho conceptual de médio alcance capaz de ir preenchendo aquele fosso.

No estado de indefinição metodológica geral e no estado de particular ignorância em que, a este respeito, nos encontramos em Portugal, pouco mais se poderá fazer, nesta fase da pesquisa, do que dar conta dos dados empíricos fornecidos pela observação semiparticipante, em articulação com algumas reflexões de ordem geral permitidas por uma análise dinâmica da formação social portuguesa na última década. O primeiro facto a assinalar é que, entre nós como no estrangeiro, a tomada de consciência da economia subterrânea é muito recente. E, se, como já sugerimos, é sem dúvida possível encontrar no passado próximo, e até remoto, inúmeras modalidades económicas não observadas, só depois do 25 de Abril de 1974, e particularmente nos últimos anos da década de 70, o fenómeno começou a penetrar informalmente na consciência pública.

Em nossa opinião, o 25 de Abril é, com efeito, duplamente responsável pela actual pujança da economia subterrânea em Portugal. Depreende-se da perspectiva que se adoptou aqui, desde o início, que esta afirmação não constitui, obviamente, qualquer crítica ao movimento de democratização da nossa sociedade. Verifica-se, tão-só, que o 25 de Abril se traduziu, por um lado, por uma liberalização política que não podia deixar de arrastar consigo, no plano das liberdades económicas, um conjunto de iniciativas que, simultaneamente, escapam aos anteriores controlos estatais e contribuem directamente para fomentar o recurso a estratégias subterrâneas; por outro lado, o 25 de Abril veio completar e alargar ao conjunto da população os instrumentos de *welfare* que o regime anterior só parcimoniosamente havia concedido.

Como, naturalmente, as estruturas comparativamente atrasadas da formação social portuguesa não podiam ser alteradas da noite para o dia pela revolução política, o País encontrou-se, alguns anos após o 25 de Abril, numa situação particularmente favorável ao desencadeamento de uma pujante economia subterrânea, onde as velhas estratégias do autoconsumo, da entreatajuda e do recurso ao mercado informal do trabalho se combinam com as novas estratégias induzidas pela difusão do *welfare*, tirando assim partido das novas liberdades para combater e, de algum modo, contrariar as tendências recessivas da economia oficial, sobretudo da economia internacional.

No que respeita às liberdades constitucionais, uma há que, mais do que qualquer outra, deve ter tido o efeito perverso de desembocar numa nova rigidez. Trata-se da liberdade de organização sindical. É evidente que a organização sindical, em Portugal como nos outros países, está longe de constituir o único factor de rigidez do mercado do trabalho. Justamente, uma das razões do relativo fracasso, ou do pouco êxito, das políticas monetaristas reside nos múltiplos factores de rigidez que atravessam o mercado do trabalho, mesmo na ausência do *welfare*. Ao pressuporem uma auto-regulação transparente do mercado do trabalho, em que o nível de salários se equilibraria espontaneamente pelo nível do desemprego, os monetaristas parecem desprezar a rigidez de sector económico para sector económico, a rigidez dos graus de qualificação profissional, a rigidez da divisão sexual do trabalho e até a rigidez étnica...

A estes factores de rigidez, acrescidos, no nosso caso, de uma forte garantia institucional quanto à segurança do emprego, veio juntar-se a natural força reivindicativa da organização sindical. Simplesmente, ao encorajar, minimamente que seja, a fuga dos capitais para sectores com menor ou nula protecção sindical, os sindicatos tornam-se, *malgré eux*, mais um incentivo à economia subterrânea. Quando a isso se acrescenta, como a observação empírica demonstra, o facto de os próprios assalariados, eventualmente até sindicalizados, serem os primeiros a procurar angariar rendimentos fora do sector económico oficial, muitas vezes para se contraporem à latente «greve dos capitais», é então a própria organização sindical que se vem a ressentir, perversamente, dos efeitos por ela própria induzidos³³.

Com efeito, tem-se-nos deparado quase sistematicamente, na nossa pesquisa de campo, uma atitude anti-sindical, quando não liminarmente pró-patronal, nos meios operários fortemente afectados pelo chamado *duplo emprego*. Tais atitudes são particularmente acentuadas quando a segunda ocupação, como sucede frequentemente, é exercida por conta própria: agricultura, artesanato, indústria oficial, comércio, prestação de serviços, etc. Fomos já testemunhas participantes das dificuldades que os activistas sindicais encontram para levar de vencida os comportamentos negativamente reivindicativos das famílias de agricultores a tempo parcial³⁴.

As empresas fabris instaladas em meios rurais, como resultado da descentralização industrial ou da própria formação de capital local, estão particularmente sujeitas à acção de complexas estratégias que afectam a linearidade atribuída, geralmente, aos comportamentos operários. Entre os inúmeros casos recolhidos no nosso trabalho de campo, vale a pena citar o de uma fábrica metalúrgica de razoável porte (cerca de 400 assalariados, recrutados em grande parte no seio de grupos domésticos que praticam a agricultura a tempo parcial na «região saloia»), onde o comportamento reivindicativo dos operários tende a inscrever-se em contrapé da sazonalidade agrícola. Esta mesma fábrica é conhecida localmente por constituir uma espécie de trampolim para estratégias de poupança e posterior aban-

³³ Tanto assim é que a CGTP-IN se insurgia recentemente contra a «evasão fiscal» e a «economia paralela» (emissão «Tempo de Antena», RDP, 1 de Março de 1983).

³⁴ Observações recolhidas em especial durante a participação, para que fui amavelmente convidado pelos organizadores, nas Jornadas Operárias da Acção Católica Rural, realizadas em 5-6 de Junho de 1982 em Ribamar da Lourinhã.

dono do salaríato, estratégias estas muito semelhantes àquelas que são habitualmente atribuídas aos emigrantes.

Com efeito, o trabalho de pesquisa em meios rurais atravessados por processos de industrialização e urbanização, ou ainda de penduralidade diária ou semanal, tem vindo a mostrar que aquelas estratégias habitualmente atribuídas aos emigrantes não só encontram paralelos no espaço nacional, como podem mesmo apresentar-se como modalidades alternativas do mesmo processo global de transformação das comunidades rurais³⁵. Neste processo global, uma estratégia a destacar, embora nem sempre esteja destinada a ser coroada de êxito, mas que anima um número apreciável de grupos domésticos, é efectivamente a de o trabalho assalariado constituir um trampolim, por assim dizer cíclico, para a viabilização de actividades económicas por conta própria, as quais, por definição, albergam sempre uma ampla margem de «subterraneidade».

Embora estas observações pareçam afastar-se do tema da presente exposição, convém fazer notar que, a ser verdade o que acima sugerimos, a oposição tradicionalmente feita entre o assalariamento no estrangeiro e o no espaço nacional não nos parece ter já a pertinência analítica que possa ter tido num período histórico em que a emigração não se revestia em Portugal, e em especial no espaço rural, de alternativas em termos de mercado de trabalho. Um bom exemplo da sinuosidade dos trajectos, no espaço rural português, que podem permitir a comunicação entre salaríato e actividades económicas por conta própria é-nos fornecido pela história intergeracional de uma família de pastores do concelho de Sintra.

Utilizemos a terminologia antropológica. Ego, oriundo da região do Oeste, analfabeto, empregou-se como pastor assalariado de um importante negociante de gado no lugar de M... Graças à aludida prática do «gado a meias» com o patrão, Ego foi constituindo o seu rebanho de ovinos e caprinos. Ao atingir certa fase do seu ciclo familiar, Ego abandonou o salaríato para se dedicar exclusivamente ao rebanho, enquanto o filho de Ego angariava um rendimento suplementar para o grupo doméstico como operário num sector industrial de velha implantação no concelho de Sintra. Entretanto, a mulher de Ego falecera e o filho de Ego casou. A jovem esposa (nora de Ego) começa a colaborar com o sogro no «desfrutamento» do rebanho. Assinale-se que a família, sem património fundiário no lugar de M..., desenvolvia a sua actividade pecuária praticamente sem terra própria; entre outras soluções, utilizava o baldio local, do qual era, juntamente com o antigo patrão, o principal utilizador. Quando Ego faleceu, há poucos anos, o filho abandonou por seu turno o salaríato para se dedicar *full time* ao rebanho, tendo entretanto investido num novo redil. Finalmente, o novo pastor-criador acaba de vender quase todo o rebanho para, associando-se com outro antigo assalariado do mesmo marchante local, se lançar no negócio de gado, ao qual o sócio já se havia ligado através do «ramo pobre» do negócio da carne, as chamadas *miudezas*...

Não é esta a melhor altura para aprofundar a natureza cíclica ou efectivamente ascendente da mobilidade social das personagens desta breve narrativa. Em contrapartida, valerá a pena apresentar mais um exemplo ilus-

³⁵ J. Ferreira de Almeida e J. Madureira Pinto, *Estruturas Agrárias e Migrações no Noroeste Português*, mimeografado, «Cadernos GIS», Lisboa, 1980, especialmente pp. 150-167 e quadros n.ºs 14-15.

trativo da particular permeabilidade do sector pecuário — desde a criação à industrialização, passando pelo «negócio» — a estratégias económicas que têm por cerne a articulação entre o trabalho assalariado no sector «visível» e a actividade por conta própria no sector «subterrâneo». O caso em que estamos a pensar — o de um jovem operário metalúrgico de uma importante fábrica do concelho de Oeiras, entrevistado no campo da feira de gado da Malveira na qualidade de negociante — tem o mérito, além de outras significações que ficarão para abordar numa próxima oportunidade, de nos reconduzir às implicações sociológicas da economia subterrânea.

Com efeito, quando interrogado acerca da sua vida na fábrica, o entrevistado foi articulando um discurso em que, insensivelmente, deslizou de uma apresentação crítica e até um protesto inicial a respeito das remunerações e das condições do trabalho fabril para uma defesa final dos interesses patronais, interiorizando antecipadamente a racionalidade da condição social a que aspirava e estava a aceder enquanto «empresário». Discurso algo semelhante, fortemente carregado de entoações anti-sindicais e anti-grevistas, foi-nos igualmente feito por um operário de uma importante empresa nacionalizada (concelho de Sintra), que se dedicava, juntamente com a esposa, a trabalhos não facturados de conservação e decoração de residências. E muitos outros casos poderíamos citar.

Um exemplo colectivo da plasticidade dos movimentos e contramovimentos estratégicos dos assalariados é fornecido por uma multinacional, com fábrica no concelho de Cascais, que recruta grande parte do seu pessoal entre as raparigas solteiras das famílias de agricultores a tempo parcial de uma zona com mais de 50 km de raio. O recrutamento, como está a suceder cada vez mais com a indústria descentralizada, faz-se através daquilo a que, por referência ao *putting out system*, poderíamos chamar um sistema de *putting in*, isto é, o pessoal fabril vive disperso pelas aldeias, num raio de dezenas de quilómetros, sendo «traído» pela manhã para o local do trabalho e «devolvido» pela tarde ao grupo doméstico rural. Ao invés do *putting out*, em que a fábrica vai, por assim dizer, ao campo, no *putting in* é o campo que vem à fábrica, com o mesmo resultado de as estruturas rurais não se dissolverem.

Ora esta multinacional tem podido absorver alguns conflitos graves que enfrentou depois do 25 de Abril graças à «elasticidade» demonstrada por aquela jovem força de trabalho feminina, em contraste com outros sectores do pessoal. Com efeito, frequentemente as jovens operárias chegaram a «aproveitar» as ofertas de indemnização de despedimento para avançarem a data do casamento e anteciparem, assim, as suas próprias estratégias de abandono da fábrica, a fim de se integrarem em novos grupos domésticos, onde irão, por seu turno, assegurar tarefas económicas agrícolas ou domiciliárias. O mesmo se deu com algumas operárias casadas ao nascerem os primeiros filhos. Mais uma vez, a articulação entre o trabalho exterior e o ciclo doméstico recorda as teses de Tchayanov sobre a diferenciação demográfica e a mobilidade cíclica das famílias rurais ³⁶.

³⁶ A. V. Tchayanov, *The organization of the peasant farm* (1924), trad. americana, Homewood, Illinois, 1966; existe também trad. argentina, *Nueva Vision*, 1974; ver em particular o capítulo 7, especialmente pp. 290-301; ver ainda B. Kerblay, «Chayanov and the theory of peasantry as a specific type of economy», in T. Shanin (org.), *Peasants and peasant societies*, Penguin, Harmondsworth, 1971, pp. 150-160.

Vale a pena apresentar ainda alguns elementos recolhidos no trabalho de campo a respeito do chamado *duplo emprego*. Trata-se também de uma ilustração colectiva, com algum significado estatístico se a ligarmos aos resultados de outras pesquisas empíricas conduzidas a partir de um *corpus* teórico-metodológico vizinho do nosso, como a já citada investigação de J. Ferreira de Almeida e J. Madureira Pinto, bem como o inquérito levado a efeito junto de uma pequena amostra de «caseiros» do Noroeste³⁷. Reservando para outra oportunidade uma análise pormenorizada dos dados em questão, podemos desde já avançar que, num total de 179 feirantes entrevistados ao longo do ciclo anual de um mercado rural situado a cerca de 60 km de Lisboa, no limite dos concelhos de Mafra e Torres Vedras, apenas 40% dos *indivíduos* inquiridos, excluindo portanto a situação socio-profissional de outros membros dos respectivos grupos domésticos, disseram exercer a actividade de feirante em *full-time*.

Dos restantes 107, cerca de 40% declararam-se todavia feirantes a título principal, exercendo a maior parte deles a sua actividade complementar na agricultura e apenas 2 no artesanato ou na indústria oficial. Finalmente, dos 66 feirantes a título complementar ou ocasional (essencialmente viveiristas), dois terços tinham actividade agrícola, principal ou complementar. Destes últimos (13), que portanto declaram três actividades económicas, destacam-se os artesãos e os assalariados da indústria e dos serviços. No total, perto de metade (45%) dos feirantes mantinham e 15% haviam mantido uma actividade agrícola. Em resumo, e como já sugerimos noutra altura, estes dados colocam-nos perante um universo de continguidades e interpenetrações que levanta, quer à análise sociológica, quer à análise económica, questões delicadas e directamente pertinentes para a compreensão das estratégias económicas subterrâneas³⁸.

Com efeito, a economia subterrânea — de que os campos de feira são um cenário particularmente activo — vem, pois, acrescentar-se ao comprovado duplo emprego, para acentuar as dificuldades de afectação, em termos de classe social, dos grupos domésticos implicados em situações de pluriactividade e plurirrendimento. É pois necessário superar uma interpretação «esquizofrénica» destas situações de classe, que naturalmente não traduz de modo algum o ponto de vista dos interessados, assim como convém ir mais longe no entendimento dos chamados *lugares contraditórios de classe*, que afinal só são contraditórios para a nossa teoria, posto que os interessados subsumem tais contradições aparentes na racionalidade própria das suas complexas situações, trajectórias e estratégias³⁹.

³⁷ A. Paiva Matos, C. M. Rocha de Oliveira e J. Silveira Machado, *M. A. R. N. — Organização Para-Sindical dos Rendeiros do Norte de Portugal*, Seminário de Sociologia Rural, ISCTE, dactilografado, Lisboa, 1980; os resultados deste trabalho foram posteriormente trabalhados por nós próprios na primeira parte do texto *Pluriactivité et stratégies paysannes d'abandon de l'agriculture*, dactilografado, 1981.

³⁸ Cf. nosso artigo citado na nota anterior.

³⁹ Uma importante tentativa de actualização das teses marxistas sobre as classes sociais parece-nos ser a de J. Ferreira de Almeida, «Problemas da teoria das classes sociais», in *Análise Social*, n.º 66, 1981, pp. 231-251. Nesse ensaio, o autor far-se também eco, criticamente, de contribuições como as de Bourdieu e sobretudo D. Bertaux, para a recentragem da análise das classes e fracções de classe em torno dos grupos domésticos e de vizinhança em que os indivíduos se encontram inseridos.

Assim, para fechar este conjunto de observações, julgamos ter elementos para concluir que, numa conjuntura económica de crescimento difícil, o reforço súbito da organização sindical e o novo factor de rigidez que ela introduziu no mercado do trabalho podem estar já a traduzir-se, perversamente, pelo enfraquecimento do sindicalismo. E, se é necessário aprofundar tal conclusão, é desde já indiscutível, segundo os dados fornecidos pelo nosso trabalho de campo, que uma forte linha de fractura social, cultural, política e ideológica atravessa presentemente os meios operários. Observámos, por outro lado, uma convergência entre certas camadas de assalariados implicados em estratégias económicas de pluriactividade, pelo menos em parte subterrâneas, e uma ideologia igualmente anti-sindical, para não dizer antioperária, fortemente implantada nos meios agrícolas e, por maioria de razão, no grupo social dos intermediários rurais.

Esta convergência alimenta-se naturalmente de culturas políticas sujeitas a variações locais e, por consequência, não é de esperar que se traduza automaticamente por idênticos comportamentos políticos e eleitorais, embora os condicione. Tal convergência une, no entanto, estratos que vão desde o agricultor reduzido à condição de isolado pela evolução da estratificação social rural dos últimos 25 anos ⁴⁰ até aos novos empresários nascidos do desmembramento, deliberado ou não, de certas funções produtivas industriais. Um exemplo desta última inovação, observada em todos os países industriais de há vários anos a esta parte, é a proliferação de agentes organizadores do *putting out system*, frequentemente antigos assalariados das próprias empresas e que asseguram a ligação entre as fábricas visíveis e o mundo subterrâneo dos *out-putters*. Não raro, nos sectores em que a tecnologia o permite, estes intermediários se lançam, por seu turno, como empresários: temos em mente uma multinacional que vem operando deste modo, com assinalável êxito, nos concelhos de Sintra, Mafra e Torres.

O processo de estilização do sistema produtivo, perante a alta dos custos oficiais, atinge o auge quando é a própria fábrica que se torna invisível. Estamos a pensar naquilo a que em Itália se tem já dado o nome de *fábrica difusa*, isto é: o empresário opera a partir de uma morada qualquer, porventura a sua própria residência, e as máquinas encontram-se espalhadas pelas residências dos trabalhadores ou até, como nos foi dado observar, nos *outros* locais de trabalho dos *out-putters*. Esta organização do trabalho industrial não diz apenas respeito aos trabalhadores indiferenciados, mas até a operários altamente qualificados, em cujas casas as fábricas — semidifusas — instalam maquinaria sofisticada. Naturalmente, tudo isto se passa nas costas não só da administração pública, mas também de qualquer controlo sindical.

Em suma, parece legítimo argumentar que o desenvolvimento de estratégias económicas subterrâneas, combinando os interesses particulares tanto de patrões como de assalariados e de trabalhadores por conta própria, se arrisca a contribuir seriamente para minar a base de legitimação do novo movimento sindical, sem que esteja demonstrado, em contrapartida, que o eventual enfraquecimento deste venha a contribuir, como pretendem

⁴⁰ Cf. E. Freitas, J. Ferreira de Almeida e M. V. Cabral, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, Presença, Lisboa, 1976; e também M. V. Cabral, «Agrarian structures and recent rural movements in Portugal», in *Journal of Peasant Studies*, Julho de 1978, pp. 411-445.

alguns teóricos ultraliberais, para relançar de maneira significativa o investimento oficial.

VELHAS E NOVAS ESTRATÉGIAS

Outras iniciativas indirectamente permitidas pelas liberdades trazidas pelo 25 de Abril são as que se ligam às práticas de apropriação de espaços públicos e até privados. Embora as vertentes especificamente urbanas desta questão não tenham sido abrangidas no nosso trabalho de campo, sempre adiantaremos que as próprias necessidades de legitimação do novo sistema político obrigam os poderes públicos (centrais e autárquicos) a fechar os olhos perante tais práticas. No que respeita à miniagricultura a tempo parcial exercida na orla, quando não no centro, das principais aglomerações urbanas, já foi assinalado que muitas dessas hortas só se tornaram possíveis depois do 25 de Abril, beneficiando da nova tolerância perante tais apropriações selvagens⁴¹.

Muito mais vasta é a questão da construção clandestina e da proliferação, sem precedentes, dos chamados *bairros de lata*. A construção clandestina — pesadelo de arquitectos e urbanistas — nada tem de novo⁴². Aqueles especialistas tendem a esquecer, projectando no tempo e no espaço a sua natural «deformação profissional», que só em data relativamente recente da nossa história, e só num espaço urbano muito restrito, a edificação de casas deixou de ser uma prática livre e autónoma das populações. Aliás, quem observar sem preconceitos a forma (*gestalt*) que tomam muitos bairros de lata, sobretudo quando passam da fase de apropriação selvagem do espaço à consolidação das residências, verificará que essa forma amiúde corresponde, pura e simplesmente, à de muitas aldeias do País que os mesmos especialistas tendem frequentemente a erigir em modelo de perfeição ou, pelo menos, de beleza arcaica...

Ora, assim como não se trata, para nós, de fazer a defesa moral do bairro de lata, também temos de excluir da análise sociológica a inclinação para a deixar contaminar por questões de gosto. A visão esteticamente negativa que caracteriza a maior parte dos discursos sobre a chamada «arquitectura de emigrante» foi já convincentemente criticada⁴³. Não é preciso ser um adepto ferrenho da sociologia da cultura de um Bourdieu para compreender que as atitudes fortemente negativas das chamadas classes médias ilustradas perante a «casa do emigrante» não passam de uma mal disfarçada manifestação da sua perda de poder, material e simbólico, sobre aquilo a que os *mass media* dão o nome, profundamente revelador, de *as nossas populações rurais*. Adiante, porém... O que pretendemos não deixar perder de vista é que a clandestinidade, na construção civil, é uma mera fórmula administrativa recente. Assim, a forma aldeã que revestem muitos

⁴¹ Carminda Cavaco, *A Pequena Agricultura de Complemento na Periferia de Lisboa*, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, policopiado, 1981.

⁴² Carlos Vieira de Faria, *Novo Fenómeno Urbano: Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981, pp. 103 e segs.

⁴³ Clara B. Vieira e R. Veríssimo, «Habitação: apropriação privada, espaço social», in *A Ideia*, n.º 24/25, 1982, pp. 35-40. Remetem para *Les émigrants et leurs maisons au Portugal*, UP Architecture, Paris, 1976.

desses bairros clandestinos consolidados não nos parece corresponder apenas à perpetuação dos atavismos arquitectónico-urbanísticos dos seus construtores de origem rural recente.

Tal forma aldeã, tanto quanto nos tem sido dado observar, exprime e favorece também estratégias subterrâneas de pluriactividade, de que as mais evidentes são as hortas, bem como o funcionamento de redes de ajuda entre parentes e vizinhos em meio urbanizado. Já nos meios rurais, na medida em que a distinção é ainda possível, a nova construção é, na maior parte dos casos, clandestina em sentido administrativo, mas tende hoje a dispensar a apropriação selvagem dos terrenos. Todavia, nem sempre foi assim, se estivermos lembrados, por exemplo, do que conta Alberto Sampaio no que respeita ao século XIX ⁴⁴. Presentemente, a conquista de espaço para edificação em meio aldeão venceu, por meios economicamente legítimos, a resistência de uma velha classe de *rentiers* que a inflação vem laminando aceleradamente ⁴⁵.

Finalmente, a edificação aldeã vem contornando a legislação e ocupando pequenos espaços de propriedade familiar, nos quais se originaram verdadeiras «economias de pátio» entre parentes, que correspondem a outras tantas formas, atenuadas, mas eficazes, de anteriores grupos domésticos extensos ⁴⁶. Tais economias de pátio, como nos apraz designá-las, se nem sempre acrescentam rendimentos, contribuem significativamente para reduzir as despesas inerentes às novas estratégias de assalariamento, ao mesmo tempo que ajudam a manter a plasticidade dos novos grupos domésticos perante a evolução dos mercados.

Antes, porém, de transformar estas soluções em idílicos embriões de uma contra-economia convivial, convém recordar que tal convivialidade não corresponde apenas a práticas subjectivamente decididas, mas também, e sobretudo, a soluções objectivamente ditadas pela extraordinária rigidez introduzida no mercado da habitação pela legislação anterior ao 25 de Abril e pela subsequente alta inflacionária. Tal convivialidade, aliás real, tem, por outro lado, contrapartidas que condicionam a autonomia dos grupos domésticos relativamente uns aos outros e dos indivíduos dentro de cada grupo doméstico, dando origem a muitos conflitos comunicacionais. Estes são também, entre muitos outros, os custos da subterraneidade das actuais estratégias económicas relativas à habitação.

Assim, tende a perpetuar-se, no espaço rural atravessado pela industrialização e pela urbanização, aquele traço característico da economia camponesa, provavelmente extensível a toda a empresa familiar, que Tepicht designa por *colectivismo interno*, isto é, a subordinação dos desejos e pro-

⁴⁴ Alberto Sampaio, «Um exemplo de colonização actual por fogo morto» (1887), in *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1923, vol. I, pp. 591-594.

⁴⁵ Esta decadência da classe dos *rentiers* tem sido verificada tanto no Norte como no Centro litoral, onde a importância dos proprietários rurais usufruindo das rendas de terras alugadas ou emparceiradas era tradicionalmente maior fora da zona do latifúndio. Uma verificação quantificada encontra-se, por exemplo, em J. Castro Caldas, «Caseiros do Alto Minho — adaptação e declínio», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, 1981, pp. 203-216, em particular p. 212.

⁴⁶ A oposição tradicionalmente feita entre grupos domésticos extensos e nucleares é em grande parte artificial, como mostra J. Goody, «The evolution of the family», in P. Laslett & R. Wall, *Household and family in past time*, Cambridge University Press, 1972.

jectos individuais aos interesses do grupo, muito especialmente nas áreas, já de si inter-relacionadas, do matrimónio e do património. Atenuadamente embora e, obviamente, segundo formas renovadas, não é impossível detectar nos «conflitos de geração», que tão profundamente atravessam actualmente as aldeias da região estudada, um eco daquela espécie de «luta de classes» entre velhas e novas gerações, sobretudo masculinas, que Meillassoux considerava característica do seu modelo de «modo de produção doméstico»⁴⁷. «Conflito de gerações» que aponta também, material e simbolicamente, para o tipo de conflitos que marcam o advento da agricultura tecnicamente modernizada e aos quais Philippe Champagne se referiu no contexto francês⁴⁸.

Voltando à questão da edificação clandestina, parece legítimo concluir que, enquanto se mantiver a rigidez do mercado da habitação, combinada com o inevitável fechar de olhos do Estado e das autarquias perante a «clandestinidade», quer no campo quer na cidade, o sector da construção civil — como tal e como elo de uma cadeia de fornecimentos provenientes de outros sectores económicos — continuará sem dúvida a constituir um dos principais animadores da pujante economia subterrânea portuguesa. Às vantagens que os utilizadores tiram desta solução acrescentam-se as vantagens tiradas pelos fornecedores: empreiteiros e trabalhadores por conta própria fugindo às obrigações fiscais e sociais; e os próprios assalariados, que encontram aqui um complemento de salário ou, pura e simplesmente, um salário inferior àquele que o mercado oficial promete, mas não dá.

Finalmente, tal rigidez do mercado habitacional sobretudo em meio urbano, traduz-se por um encorajamento indirecto suplementar às economias subterrâneas. Combinando-se com a melhoria relativa dos meios de transporte e com as próprias descentralização e desconcentração industriais, muitas vezes promovidas por capitais locais de origem subterrânea, tal rigidez cria nos grupos domésticos inseridos no mercado do trabalho oficial um motivo suplementar para manterem a residência rural e, a partir dela, gerirem toda uma gama de actividades económicas, desde a sempiterna agricultura familiar (de subsistência e/ou para o mercado) até ao trabalho domiciliário de mulheres e crianças, passando pelo comércio.

Já atrás demos inúmeros exemplos, mas o meio rural é, efectivamente, riquíssimo de estratégias insuspeitadas pela ciência macroeconómica. Enquanto esta concebe a evolução da agricultura como uma passagem linear do auto-consumo camponês à especialização do agricultor modernizado, um entrevistado podia confiar a um dos nossos colegas esta afirmação aparentemente paradoxal: «Agora já não preciso de vender.» Ora não é a ordem das coisas que está de pernas para o ar; a macroeconomia oficial é que o tem estado. Com efeito, não só aquilo a que o antropólogo J. Pina Cabral dá o nome de *protótipo de subsistência* continua a constituir um horizonte de referência

⁴⁷ C. Meillassoux, *Femmes, greniers et capitaux*, Paris, Maspero; existe tradução portuguesa desta obra.

⁴⁸ Ph. Champagne, «Vieux paysans et jeunes agriculteurs», in *Actes de la Recherche*, n.º 26/27, 1979, pp. 83-107.

ideal para muitos grupos domésticos de origem camponesa⁴⁹, como a comercialização da produção agrícola pode ser, e tem sido muitas vezes, por razões económicas óbvias, mais intensa por parte dos agricultores pobres do que por parte daqueles cuja dotação fundiária lhes permite auto-abastecerem-se em bens alimentares de forma satisfatória. Por outras palavras, a agricultura, no seu conjunto, não está longe de reflectir a ciclicidade das estratégias domésticas de cada agricultor, ciclo este em que a inserção mercantil pode inscrever-se em alternativa, e não numa linha ascendente contínua, ao auto-abastecimento⁵⁰.

Assim, a prosperidade relativa trazida, por exemplo, pelo acesso a fontes de rendimento mais ou menos fixas, como a poupança angariada na emigração (era o caso do entrevistado acima citado), pode induzir o pequeno agricultor a retirar-se do mercado e a sumir-se, por assim dizer, nos subterrâneos do autoconsumo alimentar. Após o nosso trabalho de campo, não temos dúvida alguma em afirmar que esta foi a solução adoptada por grande número de camponeses pobres ao acederem a um nível de prosperidade superior, designadamente através dos rendimentos angariados através do trabalho assalariado. Assim, a sua produção agrícola pode ter diminuído, mas de maneira alguma na proporção em que as estatísticas o fazem crer. Todavia, os processos concretos podem ser ainda mais complexos e embaraçosos para a teoria linear: contra toda a expectativa, a inovação tecnológica pode, ela própria, contribuir para a subterraneização dos rendimentos agrícolas.

Daremos um exemplo que nos parece paradigmático. Os ideólogos da contra-economia convivial já chegaram ao ponto de considerar a aparelhagem electrodoméstica como capital, tirando daí a conclusão de que o «rendimento desse capital» devia ser afectado de forma positiva à economia caseira⁵¹. Julgamos inútil repetir a crítica feita acima a respeito do significado contabilístico da economia caseira. Há, porém, um novo engenho electrodoméstico que veio, efectivamente, desencadear nos meios rurais novas estratégias subterrâneas. Assim se criaram condições para a ampliação do autoconsumo e para a retirada do mercado, de muitos produtores, tanto enquanto vendedores como enquanto compradores, no que respeita a inúmeros produtos alimentares perecíveis: trata-se da famosa arca congeladora.

Ao permitir conservar produtos que outrora teriam de ser levados rapidamente ao mercado, sob pena de se deteriorarem, a arca congeladora veio portanto proporcionar uma reconversão, pelo menos parcial, dos peque-

⁴⁹ J. Pina Cabral, *A peasant worldview in its context*, tese de doutoramento dactilografada, Oxford, 1981.

⁵⁰ A. V. Tchayanov, *op. cit.*, *loc. cit.* (nota 36).

⁵¹ Cf., em particular, S. Burns, *art. cit.*, que pretende que em 1972, nos Estados Unidos da América, «o valor dos bens de equipamento das famílias, calculado em 438 biliões de dólares, forneceu um 'rendimento' não monetário da ordem de 30 biliões (supondo uma rendabilidade de 7%). Acrescentando os outros bens duradouros, os 'serviços' prestados pelo capital doméstico são avaliados em 46 biliões de dólares». É evidente que, no contexto teórico-metodológico por nós definido, não tem qualquer sentido atribuir ao «capital doméstico» uma «rendabilidade» de 7% ou qualquer outra «rendabilidade»...

nos agricultores ao auto-consumo⁵². Assim, evitam eles, simultaneamente, apresentar-se no mercado como vendedores quando os preços estão a baixar e como compradores quando estes estão a subir, como sucedia obrigatoriamente antes do advento desta inovação tecnológica. A mais sofisticada estratégia de combinação entre as vantagens do mercado e as do autoconsumo que nos foi dado observar forneceu-a um entrevistado (agricultor a tempo parcial) que nos confiou, numa feira de gado, ter vendido «três quartos» de um animal, devendo o negociante comprador devolver-lhe o «quarto quarto», após o abate, para autoconsumo...

A difusão da arca congeladora, pelo menos nas áreas rurais mais prósperas, permite ainda o desencadeamento de estratégias de ampliação dos rendimentos que, mais uma vez, envolvem a própria organização fabril. Com efeito, a mais importante fábrica de uma pequena cidade do Oeste constitui, para os operários-camponeses que lá trabalham, uma verdadeira bolsa de transacções agrícolas: ali se adquirem em regime de cooperação *inputs* para a agricultura e ali se vendem os produtos, designadamente bovinos abatidos (clandestinamente) em sociedade pelos colegas de trabalho. É pois, como se a conhecida «economia do porco» — migoalheiro do camponês pobre — se estendesse agora, graças à nova tecnologia, ao próprio abate de animais de grande porte, através de um inesperado prolongamento do cálculo económico camponês.

Acrescentemos ainda que o problema da contabilização deste crescente autoconsumo alimentar, ele próprio sustentado em parte pelo autoconsumo produtivo interno às explorações agrícolas familiares, se reveste de uma complexidade bem maior do que a economia agrária tradicional normalmente supõe. Com efeito, para esta, o autoconsumo alimentar, quando conhecido, é contabilizado ao chamado preço no produtor, isto é, ao «valor» que os produtos teriam *se fossem vendidos* aos intermediários. Ora, na prática dos agricultores, sobretudo a tempo parcial, o «valor» do autoconsumo alimentar nada tem que ver com aquele preço. Situa-se, sim, algures entre um custo marginal do trabalho tendente para zero e o preço que esses agricultores teriam de pagar *se adquirissem* os produtos como qualquer consumidor.

Na verdade, a determinação do «valor» da produção agrícola, sobretudo para os produtores a tempo parcial fortemente inseridos no salariedade, tende cada vez mais a fazer-se por referência ao mercado do trabalho. O «valor» das tarefas agrícolas varia, assim, consoante a situação daquele mercado e a situação de cada membro do grupo doméstico perante a procura específica de força de trabalho. O «valor» das tarefas executadas por um membro do grupo doméstico que tem a possibilidade de vender a sua força de trabalho a um preço vizinho do salário médio nacional é um «valor» mínimo, se não negativo; em contrapartida, o «valor» das tarefas executadas

⁵² O problema da deterioração dos produtos agrícolas, em especial os produtos rapidamente perecíveis, na falta de técnicas modernas de conservação, foi já levantado pelos «formalistas» contra os «substantivistas»; cf., por exemplo, E. F. Le Clair & H. K. Schneider (orgs.), *Economic anthropology—readings in theory and analysis*, Nova Iorque, 1968, especialmente secção V, «The formalist counter-revolution», pp. 168-233; quanto à arca congeladora em particular, já o nosso texto se encontrava em fase adiantada de redacção quando tomámos conhecimento da importância que lhe é dada também por Henri Mendras no seu discutível, mas aliciante, *Voyage au pays de l'utopie rustique*, Actes/Sud, Le Paradou, França, 1979, pp. 30, 68-69, 81, 83 e 84.

por um membro do grupo doméstico que não tem acesso ao mercado do trabalho (pessoas idosas, mulheres, crianças) é máximo, se não infinito. Inútil será acrescentar que o «valor» atribuído ao lazer é, neste meio social, ainda muito baixo.

A noção de que o tempo livre é essencialmente «tempo perdido» constitui, precisamente, um dos principais pontos de fricção entre as «velhas» e as «novas» gerações. E, se é certo que as primeiras tendem a insistir fortemente no facto de os «novos» não quererem aproveitar os tempos livres para trabalhar na exploração familiar, seria provavelmente enganador tirar imediatamente a conclusão de que as estratégias dos «velhos» estão condenadas ao desaparecimento por recusa dos «novos» a perpetuá-las. Na realidade, quando aprofundamos a presente atitude de recusa dos «novos» a trabalhar para além do horário do emprego formal, são os próprios «velhos» que admitem que essa atitude é, muitas vezes, temporária, acreditando eles que os «novos», quando se encontrarem à cabeça de um grupo doméstico e de uma pequena exploração agrícola, não só serão obrigados a mudar de atitude, como se renderão às vantagens das «velhas» estratégias. Mais adiante veremos como estas modalidades de interiorização do «valor» do trabalho agrícola familiar se repercutem ao nível macroeconómico, tal como este é registado pelas estatísticas oficiais.

Outra inovação tecnológica que, entre nós, veio dar origem à angariação de rendimentos importantes por parte de uma certa camada de agricultores é, evidentemente, o tractor. Historicamente, o aluguer de máquinas está longe de constituir uma novidade. Porém, o aluguer de tractores à hora, dada a multifuncionalidade da inovação, só se generalizou do modo que conhecemos na medida, precisamente, em que veio articular-se com um processo de abandono parcial da agricultura que essa mesma inovação talvez tenha contribuído para acelerar. Vale ainda a pena salientar como a introdução do tractor, combinada com a estrutura minifundiária e pulverizada das explorações agrícolas de grande parte do País, contribuiu decididamente para diferenciar comunidades rurais anteriormente mergulhadas numa relativa igualdade perante os meios de trabalho.

Dada a estrutura fundiária mencionada, que raramente permite a plena utilização do tractor, o acesso a esta inovação tecnológica veio acentuar o fosso entre um grupo (pequeno) que evita o abandono da agricultura, angariando rendimentos extra-agrícolas através do aluguer do tractor a um grupo (grande) de agricultores, e estes que, assim libertos de algumas das tarefas mais penosas e mais morosas, ficaram «livres» para abandonar parcialmente a agricultura e procurar, por seu turno, melhorar as suas condições de vida, inserindo-se no mercado do trabalho assalariado. Do mesmo passo, o tractor suprimiu, juntamente com a inovação dos herbicidas, muita da procura local de força de trabalho assalariada, reforçando assim a disponibilidade para o salariato fora da agricultura e, consequentemente, os próprios processos do êxodo agrícola e rural.

Nalgumas zonas menos prósperas, onde a animação do mercado do trabalho assalariado é menor ou nula, não é impossível encontrar formas de pagamento do aluguer de tractores em trabalho, assim como se continua a verificar maciçamente o pagamento do aluguer de máquinas de maior porte (como debulhadoras) em géneros (maquias), modalidade de pagamento também frequente nos lagares de azeite, etc. Em tais situações, não só se verifica o facto generalizado de os alugueres não figurarem em qual-

quer contabilidade, como se verifica ainda a subtração a qualquer contabilidade das prestações em trabalho ou em géneros, que vão, obviamente, viabilizar as empresas agrícolas e comerciais dos alugadores de máquinas. A entrajuda no seio das relações de vizinhança não serve, por vezes, senão para camuflar estas relações económicas implicitamente reguladas pelo mercado ⁵³.

Algo de semelhante poderia ser argumentado a respeito de outra inovação: a das furgonetas e camiões que alimentam a economia dos pequenos transportadores. Já noutra ocasião nos referimos à sociologia destas economias ⁵⁴, com que nos voltámos a enfrentar no nosso trabalho de campo mais recente, em articulação com a distribuição dos produtos alimentares fabricados por uma pequena empresa industrial rural, por parte de antigos e de actuais assalariados da própria empresa. Vale a pena, porém, aprofundar um pouco mais a natureza perversa dos efeitos da inovação tecnológica, assinalada por vários autores como «variável» muitas vezes decisiva da reestruturação produtiva.

Enquanto as teses macroeconómicas clássicas tendiam a associar a inovação tecnológica à concentração do capital e à polarização das classes sociais, há já algum tempo que tal associação automática tem vindo a ser revista, ao procurar-se dar conta de fenómenos tais como o desmembramento das funções industriais, acima mencionado, ou a mecanização da pequena agricultura, a que acabámos de aludir. Outra área onde a inovação tecnológica, especialmente sob essa faceta a que se pode dar o nome de *miniaturização dos equipamentos*, tem contribuído para reabilitar velhas estratégias económicas particularmente abertas à subterraneidade é a do chamado *artesanato*.

Não nos deteremos agora noutra dimensão social e cultural que contribuiu para a reabilitação de certo artesanato, isto é, a evolução do gosto das classes médias urbanas, que têm vindo a substituir-se à habitual clientela local de alguns produtos artesanais, como a olaria, por exemplo ⁵⁵. Interessamo-nos, sim, dar conta das nossas próprias observações, recolhidas em especial na área de influência da feira de Barcelos, que apontam para um desmentido formal das teses dualistas a que aludimos no início desta exposição. Com efeito, a difusão de tecnologias simples — neste caso, a máquina eléctrica de amassar barro — veio permitir a alguns oleiros não só superar as dificuldades criadas pela desagregação de certas estruturas rurais, tais como o aprendizado, mas também assegurar uma continuidade produtiva que chega a encontrar escoamento na exportação.

As nossas observações permitem-nos confirmar a ideia expressa pelo Marx do chamado *Capítulo Inédito do «Capital»*, segundo a qual a passagem da actividade artesanal à actividade empresarial não é, efectivamente, uma questão tecnológica, uma questão de transformação técnica do processo

⁵³ Um caso particularmente evidente desta absorção da entrajuda tradicional no cálculo mercantil foi recentemente divulgado, com conotações estranhamente positivas, por A. Fragata e R. Marques, «O processo de intensificação numa exploração agrícola nas terras da Maia», in vários autores, *Intensificação da Produção Leiteira*, Aveiro, Lacticoop, 1983, pp. 159-190, em especial p. 173.

⁵⁴ M. V. Cabral, *Pluriactivité et stratégies paysannes d'abandon de l'agriculture*, dactilografado, 1981.

⁵⁵ J. M. Cabral Ferreira, *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983, particularmente pp. 66-70.

de trabalho, mas sim uma questão de relações sociais: família *versus* salarizado⁵⁶. Por outras palavras, a mesma tecnologia pode estar, e está, na base de empresas e de relações sociais profundamente diferentes. Esta observação levanta dois problemas conexos e importantes para a linha de pesquisa que nos vem animando.

Por um lado, a consciência, por parte do artesão, de que aquilo que o distingue do empresário do mesmo ramo é apenas uma questão de escala produtiva alimenta, segundo a nossa observação, mais frequentemente uma identificação de classe do que uma oposição. Por outro lado, quando instados a explicar os motivos da sua retracção perante o alargamento da escala produtiva, possibilidade tanto mais real quanto os intermediários entre a aldeia e os mercados de exportação os pressionam nesse sentido, os artesãos tendem a justificá-la, antes de mais, pela hesitação em empregar força de trabalho assalariada, nomeadamente agora que os direitos constitucionais e a organização sindical vieram dotar os assalariados com uma nova protecção.

Dada a continuada miniaturização das tecnologias, nada faz prever, antes pelo contrário, uma crise do artesanato que se traduza pela eliminação das empresas familiares incapazes de se equiparem e pela concentração da produção por parte das empresas patronais. Donde um alimento, igualmente continuado, à subterraneidade própria da empresa artesanal. A empresa familiar e semifamiliar, utilizando tecnologia sofisticada que já nada tem que ver com o artesanato propriamente dito, pode estar até na base de dinâmicos sectores exportadores, como é caso, por exemplo, da indústria de moldes do concelho da Marinha Grande.

Mais um exemplo ainda para ilustrar uma adaptação estratégica dos pequenos agricultores perante a industrialização, cuja perversidade nos coloca, metaforicamente, ao nível de um «encontro de terceiro grau» entre pré e pós-indústria. É frequente, na literatura consagrada à «submissão formal» do trabalho do agricultor isolado ao chamado modo de produção capitalista, afirmar-se que a condição do produtor independente inserido na cadeia da *agro-business* é assimilável à de um *out-putter*, isto é, um assalariado no domicílio. Na aparência, nada mais lógico: a empresa de transformação sujeita a si, mediante contrato escrito que fixa os termos de fornecimento de *inputs* e de recolha do *output*, um produtor cuja independência se torna meramente formal⁵⁷.

Embora esteja longe de nós a ideia de negar que a modalidade dominante de absorção da agricultura familiar nas sociedades industrializadas seja a «concentração vertical», e não a «horizontal», como aliás Tchayanov indicou há cerca de 60 anos⁵⁸, a verdade é que, na prática, e consoante a evolução conjuntural dos mercados, a autonomia dos pequenos produtores relativamente ao *agro-business* pode ser bem maior do que a suposta pelos esquemas teóricos. Substantivamente, várias pesquisas directas conduzidas no seio de comunidades de «seareiros de tomate» vieram a mostrar que, independentemente do estipulado nos acordos com as firmas de concentrados, o contrato constituía, muitas vezes, uma espécie de bilhete de entrada

⁵⁶ K. Marx, *Un chapitre inédit du «Capital»*, trad. Dangeville, Paris, 1971, em especial p. 211.

⁵⁷ Cf. Claude Faure, *Agriculture et capitalisme*, Paris, Anthropos, 1978.

⁵⁸ A. V. Tchayanov, *op. cit.*, p. 42 e inúmeros outros passos.

para um sector onde a principal fonte de rendimento era assegurada pela venda livre — ilegal?, clandestina?, subterrânea? — de tomate em verde⁵⁹. Argumentação análoga poderia ser feita a propósito das cadeias de subcontratação em que está sendo organizada a produção avícola e porcina. Inútil será acrescentar, neste contexto, que o grau de autonomia de que os produtores gozam, nos seus confrontos com o *agro-business*, é em parte função dos esquemas de pluriactividade e plurirrendimento em que vimos que se encontram inseridos.

Referimo-nos acima ao acesso, por parte dos camponeses pobres, a rendimentos mais ou menos fixos. Esta observação pode servir-nos de fio condutor para abordar, antes de encerrar este capítulo da nossa exposição, os complexos efeitos da generalização, em Portugal, do *welfare state*. Globalmente, os efeitos perversos da protecção social em Portugal, no que respeita em especial aos subsídios de desemprego, podem ser considerados análogos àqueles que são apontados para a generalidade dos países adiantados. Não convém perder de vista, aliás, que o desemprego de homens adultos que já tiveram uma ocupação remunerada tem sido até aqui, entre nós, muito baixo (cerca de 50 000 apenas); a grande massa dos desempregados portugueses é constituída por jovens em busca do primeiro emprego, o que tem, evidentemente, um significado sociológico muito diverso do desemprego maciço de chefes de família. Seja como for, no caso do *welfare* português, há que ter em conta uma perversidade suplementar. Trata-se da sua insuficiência estrutural, designadamente no campo das pensões de reforma e sobrevivência, e até no âmbito da doença.

Enquanto num país como a França, por exemplo, as pensões de reforma, combinadas com uma indemnização vitalícia para os agricultores que abandonam as suas explorações, permitiram ao Estado francês ir eliminando os chamados produtores marginais e, ao mesmo tempo, substituí-los em parte por agricultores jovens (aliás, também assistidos pelo Estado), entre nós, a generalização das pensões, dada a notória insuficiência dos seus montantes, limitou-se a provocar a subterraneização de muitos rendimentos agrícolas (e outros), ao mesmo tempo que impedia, em vez de favorecer, a passagem de poderes dos velhos agricultores para os jovens. Aliás, não é só entre nós que estes esquemas — sobretudo as «reformas antecipadas» — têm conduzido à proliferação de actividades económicas subterrâneas⁶⁰.

Mais: a insuficiência das pensões, como da própria assistência na doença e na maternidade, e até dos serviços de ensino, tem encorajado a perpetuação das anteriores estratégias de angariação de proventos suplementares, com vista àquilo que podemos designar por «poupança defensiva». Por outras palavras, o sistema de *welfare*, apesar dos seus elevados custos, não

⁵⁹ N. Domingos e H. Nelson, *Caneiras*, dactilografado, Seminário de Sociologia Rural do ISCTE, Lisboa, 1981; estratégias semelhantes foram observadas por Aida Valadas de Lima no Alentejo, segundo informação que a autora amavelmente nos prestou.

⁶⁰ Cf., para Espanha, M. A. Molto Calvo, «Incidencias de la economía oculta en la política económica», in *Boletín de Estudios Económicos*, Bilbao, n.º 117, 1982, pp. 529-549, em especial pp. 539-540; em Itália, os «escândalos» que os sistemas de «reforma antecipada» têm causado ocupam as primeiras páginas dos jornais... Para Portugal há uma observação interessante a respeito das rendas vitalícias tradicionais da chamada zona de doações da Maia, no artigo de A. Fragata e R. Marques citado na nota 53.

eliminou a necessidade de angariar rendimentos extra, por forma a permitir a cada grupo doméstico colmatar, em caso de necessidade, as insuficiências notórias dos serviços prestados pelo Estado. O nosso sistema de *welfare* ainda não serviu, tão-pouco, para acelerar a rotação da força de trabalho. Em vez disso, tem perpetuado a procura subterrânea de ocupações directa ou indirectamente remuneradas, quer por parte dos reformados, quer por parte dos jovens em busca do «primeiro emprego». Em suma, é com propriedade que se pode aplicar ao sistema português de protecção social a metáfora popular: preso por ter cão, preso por não ter...

Entretanto, os custos do sistema pesam já consideravelmente nas receitas do Estado, o que tem levado este último a acentuar as pressões fiscais. Segundo dados não confirmados, a relação entre pensionistas e activos teria passado, desde 1970 até hoje, de 1/19 para 1/2⁶¹! Dado que a prestação prometida pelo Estado, já de si insuficiente, não tende a crescer, antes pelo contrário, estão assim criados todos os incentivos à fuga para os subterrâneos da liberdade do mercado, análogos aos dos países mais adiantados. A prestação igual, quanto mais o Estado aperta, mais os contribuintes fogem. Esta «lei geral» está longe de se aplicar apenas a Portugal, como demonstra a discussão actualmente em curso em França a respeito da reforma do sistema de assistência social⁶².

Basta acrescentar esse factor a que um autor dava o nome, em Espanha, de *falta de solidariedade social efectiva*⁶³ e que caracteriza negativamente, também em Portugal, as relações entre o Estado e a sociedade civil, para que estejam reunidas as condições que faziam dizer a um nosso entrevistado, mestre na arte da pluriactividade subterrânea:

Antes do 25 de Abril, o Estado era rico e a gente pobre; agora, o Estado é pobre e a gente vai vivendo!

III

DA MICRO À MACROANÁLISE

Com efeito, a tradução mais palpável da relativa pujança da economia subterrânea em Portugal, ao nível macrossocial, reside no facto de, apesar de tantos indicadores oficiais negativos, «a gente ir vivendo». Porém, uma

⁶¹ Segundo as *Estatísticas da Segurança Social*, do INE, em 1981 teriam sido subsidiados mais de 63 milhões de dias de trabalho por motivo de doença e maternidade, o que corresponde a mais de duas semanas de inactividade por trabalhador activo; segundo o Centro Nacional de Pensões, o número dos beneficiários teria aumentado 3,3% entre 1980 e 1981, sendo presentemente de cerca de 1 500 000 para cerca de 4 milhões de activos (1 para 2,5).

⁶² Cf., por exemplo, R. Hiver, «Inégalités des cotisations individuelles», in *M. G. E. N.*, n.º 69, Janeiro de 1983; Y. Simbron, «Impôts, cotisations sociales et justice», in *L'Ecole libératrice*, n.º 17, Fevereiro de 1983. Segundo o último autor, a «evasão fiscal» elevar-se-ia, em França, a cerca de 1,5 biliões de contos, isto é, um valor não muito longínquo do rendimento nacional português!

⁶³ J. L. Cerón Ayuso, art. cit., p. 433 e *passim*.

tal questão não pode, sob graves riscos científicos e éticos, ser tratada impressionisticamente. Teremos, pois, de dar provas da maior cautela nesta passagem da micro à macroanálise. Três breves conclusões se impõem.

A primeira conclusão é a de que os rendimentos disponíveis das famílias portuguesas são superiores àquilo que as estatísticas oficiais deixam transparecer. É essencial acrescentar imediatamente que uma tal conclusão nada nos diz sobre o modo como os rendimentos subterrâneos se distribuem pelas diferentes classes e camadas sociais. Se é possível, por um lado, que tais rendimentos corrijam algumas desigualdades notórias, é no entanto de excluir, por outro lado, que os rendimentos subterrâneos se distribuam de forma mais equitativa do que os rendimentos oficiais, e é mesmo provável que eles ocultem novas formas de injustiça social.

Os estudos existentes entre nós sobre rendimentos não permitem, infelizmente, tirar ensinamentos significativos a este respeito⁶⁴. Todavia, por aproximação indirecta, podemos chegar a algumas conclusões. Nomeadamente, é de reter, como indicação pertinente para a análise do próprio processo de transformação social ligado aos complexos acontecimentos políticos do «25 de Abril», que as despesas dos consumidores, tais como registadas pela contabilidade nacional, aumentaram perto de quatro vezes, a preços constantes, entre 1970 e 1980. A disparidade entre o crescimento dos consumos e da poupança, por um lado, e a alegada estagnação dos salários e do emprego, por outro, ressalta com bastante clareza dos dados relativos aos últimos anos da década de 70.

Se é certo que os níveis de desemprego, apontando para uma estagnação do mercado do trabalho, têm sido contestados quanto à sua veracidade e real significado, já nenhum observador tem contestado a quebra dos salários reais oficialmente registados; a esta quebra dos salários juntam alguns autores também uma quebra dos rendimentos dos agricultores⁶⁵. Assim teríamos:

Salários, rendimentos e preços ao consumidor oficiais

	1976	1977	1978	1979	1980
Salários na indústria	100	115,3	132,9	158,1	192,9
Salários na construção	100	114,2	131,0	156,4	187,2
Salários rurais	100	116,1	134,7	164,3	195,2
Rendimentos dos agricultores	100	133,0	154,0	174,9	196,9
Preços ao consumidor	100	127,3	155,4	193,0	225,0

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

⁶⁴ Manuela Silva e Anabela Santos, *Rendimento e Riqueza Desiguais*, IED, 1980. Deste estudo ressalta, antes de mais, que qualquer análise da distribuição dos rendimentos em Portugal a partir do imposto complementar está prejudicada pelo facto de apenas um em cada seis agregados familiares pagar tal imposto! O rendimento declarado em 1977 era inferior a um quarto do rendimento disponível conhecido das famílias nesse ano...

⁶⁵ A. Sevinate Pinto, F. Avillez, L. Albuquerque e L. Frazão Gomes, *A Economia do Sector Agrícola: Análise da Evolução 76-80*, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis, 1982.

Ora uma tal evolução dos preços, salários e rendimentos oficiais, à qual se teria acrescentado uma alteração da distribuição entre os rendimentos do trabalho e do capital desfavorável aos primeiros, depois da correcção favorável introduzida pelos acontecimentos do «25 de Abril», uma tal evolução, dizíamos, parece incompatível com a evolução, registada pelas próprias estatísticas oficiais, dos consumos e da poupança, que em conjunto constituem o rendimento disponível das famílias. Com efeito, excluindo as remessas e os depósitos dos emigrantes, o rendimento disponível dos residentes teria passado, entre 1977 e 1980, de 500 para 1100 milhões de contos, o que corresponde a um aumento nitidamente superior ao dos preços correntes, representando, portanto, um crescimento real da ordem dos 50%, quase inteiramente dirigido para a poupança.

Aliás, o facto de os consumos não alimentares terem crescido, durante o mesmo período, um pouco mais rapidamente do que os consumos alimentares parece também apontar no sentido de uma melhoria global das condições de vida da população, o que não implica, como atrás se dizia, que tal melhoria se distribua equitativamente entre as diversas classes e camadas sociais. Finalmente, também o produto interno apresentou, de 1976 a 1980, segundo os dados oficiais, um crescimento real da ordem dos 20%, o que não parece compatível, a menos que suponhamos enormes ganhos de produtividade, com a estagnação do mercado do trabalho e a própria quebra dos salários. Em suma, as disparidades e incongruências apontadas só se revelarão compreensíveis se, de algum modo, entrarmos em linha de conta com os rendimentos auferidos através da economia subterrânea, ou simplesmente não registada.

A segunda conclusão que todo este conjunto de observações nos impõe, e que interessa sobremaneira à sociologia rural portuguesa actual, é a seguinte: o carácter complementar do trabalho agrícola tornou-se de tal modo generalizado, maciço, que o produto agrícola captado pelas estatísticas oficiais parece evoluir, de ano para ano, ao invés do produto não agrícola, isto é, quando um cresce, o outro estagna e vice-versa.

Aliás, globalmente falando, os dados relativos aos rendimentos agrícolas são, em Portugal, uma mera ficção estatística. Basta dizer que, em 1977, a contribuição rústica apontava para um rendimento colectável médio por prédio agrícola de cerca de 300\$⁶⁶, o que corresponderia a um irrisório rendimento líquido inferior a 1,5 milhões de contos, quando o produto agrícola bruto oficial registado nesse ano era da ordem dos 70 milhões de contos. Estes dados apontam, o que aliás não é exclusivo de Portugal⁶⁷,

⁶⁶ M. Silva e A. Santos, *op. cit.*, p. 59 e *passim*, em especial p. 61: em 1977, o rendimento colectável para efeito exclusivo de contribuição predial rústica era de 266\$60 por prédio... Sendo o número de «prédios rústicos» registados no continente de cerca de 5 milhões, o rendimento colectável da propriedade rústica portuguesa orçaria por volta de 1,3 milhões de contos em 1977...

⁶⁷ O regime de semi-isenção fiscal de que beneficiam os agricultores tem sido frequentemente denunciado em França. Segundo os autores citados na nota 62, enquanto o conjunto das famílias francesas entrega ao Estado, entre impostos directos e indirectos, 41,4% do seu rendimento, os agricultores apenas entregam 22,8%, enquanto os empregados entregam 45,2% e os operários 49,2% (dados de 1976; fonte: CERC, 1980).

para uma situação de semi-isenção fiscal por parte do sector agrícola, situação esta que, evidentemente, só favorece a propensão de muitos trabalhadores e talvez até de alguns investidores para se refugiarem na agricultura subterrânea.

Segundo uma recente brochura consagrada à evolução do sector agrícola de 1976 a 1980, «as variações anuais do PAB em volume são mesmo opostas às verificadas no PIB [...] Esta discrepância, evidenciada pelo facto de ter sido nos anos de diminuição dos ritmos de crescimento da actividade económica, como resultado da conjuntura económica contraccionista, que o PAB apresentou a taxa mais elevada do quadriénio, permite concluir que este sector não é influenciado por medidas de política de curto prazo, dependendo antes de condicionamentos climáticos e estruturais»⁶⁸. Quanto a nós, a explicação do «nulo impacte das medidas de política económica sobre o sector agrícola» não reside tanto na inadequação e/ou na ineficácia das políticas agrícolas dos sucessivos governos, como, de certo modo, os autores da brochura sugerem, mas sobretudo no facto de o investimento em trabalho e em capital na agricultura familiar estar hoje a obedecer, essencialmente, a mecanismos subterrâneos de angariação de rendimentos complementares aos da exploração agrícola.

Por outras palavras, o que estas observações parecem indicar é que a agricultura portuguesa, exercida de forma cada vez mais maciça no âmbito de estratégias familiares de pluriactividade e plurirrendimento, apresenta um elevado grau de indiferença às políticas agrárias, nomeadamente ao mercado dos factores e dos produtos agrícolas. Tal indiferença tem como contrapartida uma extrema sensibilidade à situação do mercado do trabalho e ao nível das remunerações e rendimentos não agrícolas. Valeria também a pena ver se não existe correlação entre as taxas de juro reais que remuneram as poupanças e o volume da actividade agrícola conhecida. É neste plano macroanalítico que se traduz ainda o facto de as crescentes urbanização e industrialização dos campos terem, simultaneamente, encorajado e permitido a generalização da agricultura a tempo parcial.

Considerando a própria emigração como um caso particular e *sui generis* do movimento de urbanização e industrialização dos campos, vale a pena aludir à evolução das remessas e dos depósitos à ordem dos emigrantes, a fim de caracterizar melhor a alegada estagnação do produto agrícola visível. Com efeito, para o período de 1976-80, enquanto as remessas passaram de um valor equivalente a 6,5% para um valor equivalente a 13,5% do PIB, em relação ao PAB passaram de 50% para mais de 100%. Quanto aos depósitos, passaram de 1% para 20% do PIB e de cerca de 10% para mais do dobro do PAB. Através destes indicadores, podemos começar a entrever de que modo as microestratégias familiares dos emigrantes de origem rural se vieram a combinar para afectar o sistema macroeconómico português, designadamente o sector agrícola. Assim se pode entender sociologicamente o facto, sobejamente verificado, de os campos portugueses não estarem hoje a cumprir adequadamente a «função externa» de abaste-

cimento alimentar que, em princípio, o crescimento urbano e industrial lhes exige ⁶⁹.

Finalmente, a terceira e mais controversa conclusão que a nossa pesquisa sobre a economia subterrânea impõe é a seguinte: apesar do carácter tardio e desarticulado, segundo a maioria dos autores, dos processos de modernização económica, social e cultural em Portugal, está já em curso entre nós, à semelhança de países como a Itália e a Espanha, um contraproceto de liberalização das relações económicas, e particularmente do mercado do trabalho, de que a desconcentração industrial e o trabalho negro são, porventura, os sinais mais evidentes ⁷⁰. Independentemente dos juízos de valor sobre esta liberalização económica que se está a fazer à revelia dos controlos estatais e sindicais, duas observações se impõem a este nível.

Em primeiro lugar, se é certo que, do ponto de vista das motivações do trabalhador individual, não nos parece haver, como afirmámos inicialmente, solução de continuidade entre as estratégias subterrâneas de angariação de rendimentos nas formações sociais alegadamente subdesenvolvidas e as do chamado *capitalismo maduro* ou *tardio*, já tudo leva a crer que, do ponto de vista da classe empresarial, a propensão para a clandestinidade económica, inclusivamente ao nível da produção, corresponde a motivações características da reacção, internacionalmente verificadas, contra as políticas assistenciais e reguladoras do Estado keynesiano. A segunda observação que somos levados a fazer é que, como já frequentemente temos argumentado para o caso português, não se deve procurar uma relação imediata entre o desenvolvimento das forças produtivas e o tipo vigente de conflitos sociais e culturais, podendo estes últimos apresentar-se, por assim dizer, em avanço relativamente à *performance* económica, quanto mais não seja, mercê da inserção do País, subordinada embora, no espaço internacional definido pelo capitalismo maduro.

Assim, do mesmo modo que em Itália e na própria Espanha, também em Portugal o movimento ascensional de organização, reivindicação e conquista de regalias sociais e jurídicas por parte dos trabalhadores assalariados, movimento que entre nós o «25 de Abril» exprimiu e acelerou, teria acabado por induzir um contramovimento patronal, o qual se tem vindo a exprimir não só pela redução do investimento produtivo, como sobretudo por uma reorientação marcada pela descentralização e desconcentração empresarial, com vista a recriar as condições de um confronto directo entre capital e trabalho, sem a mediação do Estado e das organizações dos assalariados ⁷¹.

⁶⁹ Sobre as «funções externas» do sector agrícola cf. J. Ferreira de Almeida, «Sobre a monografia rural», in *Análise Social*, n.º 52, 1977, pp. 789-803, especialmente pp. 797-799.

⁷⁰ Cf., em particular, F. Miguelez Lobo, «Economía submergida y transformaciones socio-laborales», in *Bol. Est. Econ.*, n.º 117, 1982, pp. 439-460, que cita para o caso italiano A. Saba.

⁷¹ F. Miguelez Lobo, art. cit. in *op. cit.*, p. 447:

Este estado de sumersión aparece, pués, como uma respuesta estratégica a la actual crisis, pero no sólo a ella, sino también a cualquier tipo de mediación institucional entre capital y trabajo.

Em suma, retomando o fio de um discurso anterior sobre a composição de classe⁷², estaríamos a assistir, a coberto da proliferação da economia subterrânea, não só a uma simples demonstração da vitalidade dos mecanismos espontâneos do mercado, mas também a uma operação deliberada de «decomposição de classe», ou seja, à destruição da composição de classe em que se haviam fundado as estratégias ofensivas do operariado e outras camadas assalariadas ao longo das décadas anteriores à crise. Por outras palavras, a proliferação das economias subterrâneas traduziria também, nesta perspectiva, o resultado, se não a própria função, da crise enquanto reestruturação e liberalização do mercado do trabalho.

234 ⁷² M. V. Cabral, *A Situação do Operariado nas Vésperas da República*, Lisboa, Presença, 1977, especialmente pp. 19-22.